





# 50 AFORISMOS

Por  
LUIZ ZUZARTE

1

É aquilo que existe.

2

O ser é duplo: é e existe.  
Pode existir aquele que não é. Não pode ser aquele que não existe.  
Porque é da natureza do ser desdobrar-se e vir à existência como um outro: como se atrás estivesse não o ser, mas o não-ser.

3

O verdadeiro ser é tanto ser como não-ser.

4

A deusa da vitória é aquela que nos chama a atingir um ponto único onde saibamos permanecer sem medo à vertigem.

Esta deusa chama cada um para a felicidade: cada homem tem uma deusa que remotamente ou lucidamente o chama.

Mas o preço da felicidade há-de ser: a experiência total, o conhecimento do Mundo e a impassibilidade. Aquele que não for capaz de se separar sempre e renovadamente da verdadeira felicidade e voltar a ela; descer e subir através dos mundos e da acção infinita, não a merece.

5

Para quê a acção, o perigo e o terrível?  
Há um impulso maravilhoso que tudo move... para onde...

6

É preciso ser indiferente. É preciso ser diferente.

7

Vencer a desgraça, vencer o medo, vencer o sofrimento que é pior do que a morte — é vencer a matéria. Isso não é mais do que construir um novo corpo no velho corpo — transmutando a sua substância.

8

O corpo é o ser, o pensamento é o espírito. É o pensamento que se abstrai e dirige como um senhor e rei o próprio corpo — a natureza.

9

O homem está adormecido: deve acordar.

10

Um impulso primordial separou. O mesmo impulso há-de reunir.

11

Vencer o sono imanente é transformar a matéria.

12

Quando o objecto desaparece como oposto a iluminação é infinita.

13

No momento em que o sono da matéria se desintegre radiará absolutamente o espírito total.

14

O homem total é o centro da circunferência; o homem há-de atingir a consciência absoluta, infinita e universal.

15

Cada deus é uma máscara do infinito ser.

16

Deus existe: são todos os deuses possíveis.

17

Onde a tua imaginação tirar de aquilo que é uma determinação intelectual absoluta — está aí um deus.

18

Deus é o ser infinitamente plural.

19

Deus há-de ser paradoxal porque é e existe.

20

Deus há-de ser sempre diferente de si e sempre igual.

21

Deus é Um e é a infinitude dos Deuses.

22

Cada estrela organiza um universo.

23

A organização do cosmos revela uma inteligência absoluta. Essa inteligência absoluta assume as leis da natureza eterna do ser e executa-as.

24

A criação artística tem as suas leis. A criação do próprio ser por si mesmo — epigénese — há-de ter as suas leis. Essas são as da natureza eterna.

25

A natureza eterna do ser e o próprio ser estão entre si como o homem e a mulher.

26

Os Deuses devem ser Artistas. Devem trabalhar o seu próprio corpo. — que é o ser, com o seu pensamento — que é o espírito.

27

Os Deuses hão-de gerar-se eternamente a si mesmos.

28

O pensamento divino é a pura e absoluta intelectualidade. O homem é relativamente intelectual.

29

A verdadeira intelectualidade do homem é aquela que é espontânea.

30

É o inconsciente que move imóvel.

31

Viver é viver erradamente.

32

O encanto próprio do viver é o encanto de viver erradamente.

33

A vida é errante.

34

É na negação do que é viver que a existência se realiza.

35

O que é positivo no viver é o negá-lo: mas negá-lo pelo acto, pelo prazer.

36

Quem é que encontra nesta vida a felicidade? — Apenas aquele que a negou completamente.

37

Negar a vida é transmutá-la.

A vida não se há-de negar nem pela renúncia, nem pela ascese, nem pela solidão. A vida há-de-se negar dentro dela. Este é o demoníaco que se transmuta.

38

Quanto mais espontâneo mais conhecedor.

39

A ingenuidade sentimental é o sinal do verdadeiro nascimento.

40

O homem ingénuo é aquele que vive segundo uma natureza ingénuo que não sente, em si ou na vida, o mal.

41

A existência plural dos seres é uma identidade imanente de todos numa mesma substância infinitamente diferenciada em planos de existência, segundo o desenvolvimento infinito das possibilidades dessa substância.

42

O amor é a sensação metafísica.

43

O amor é o sagrado do humano e desabrocha a flor maravilhosa da vida.

44

Filosofar é pensar todas as teorias possíveis sobre o Universo ou sobre o ser.

45

O acto de pensar abrange o infinito: consiste em profundar o infinito no finito, o mar na onda.

46

Pensar o ser é atender ao único que é decisivo.

47

Deus pode ser o vazio se o homem não lhe der sentido.

(Continua na pág. 16)

# 57

Folha independente de cultura

Ano IV — N.º 10 — Dezembro de 1965

DIRECTORES

António Quadros e Fernando Morgado

EDITOR

Afonso Botelho

ADMINISTRADOR

Francisco Sottomayor

COLABORAM NESTE NÚMERO

Azinhah Abelho  
Alberto Fonseca Araújo  
Miguel Bandeira  
Rui Bandeira  
Paulo Bizarro  
António Botelho  
Carlos Eugénio  
José Valle de Figueiredo  
Ann Hatherly  
Armando Luís  
Alfredo Margarido  
Luís Carlos do Espírito Santo  
António de Castro  
António Brás Teixeira  
Luís Zuzarte

LEIA: Pág.

Comparar não é ter razão . . . . .	4
Meridiano do Chado . . . . .	5
Para a construção da Cidade Futura . . . . .	6
Razões Solares e Arcaicas de Portugal . . . . .	7
Música, Cinema, Teatro . . . . .	8 e 9
Artes Plásticas . . . . .	10 e 11
Novas proposições verbais . . . . .	12
O Saudosismo Republicano de Teixeira de Pascoaes . . . . .	15
Crítica . . . . .	16, 17 e 19
2 dia de Natal para um homem Só . . . . .	18
O labirinto burocrático — IV . . . . .	16
Notas, etc.	

COLABORAÇÃO RESPONSÁVEL

A doutrina de cada artigo é da exclusiva responsabilidade do autor.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua Quinino da Fonseca, 37, 3.º-Esq.  
LISBOA

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(Continente)  
Séries de 3 números . . . . . 15000  
Séries de 6 números . . . . . 30000  
Séries de 12 números . . . . . 60000  
(Ultramar e estrangeiro)  
Mais 10% sobre os preços indicados

«57», é composto e impresso nas Oficinas Gráficas Manuel A. Pacheco, Lda., de Lima, Victor e Lima, R. João Saraiva, 10-A (Alvalade) — Telef. 71 10 18/9 — Lisboa.

«57», é distribuído por Gonçalo W. Vasconcelos, Avenida António Augusto de Aguiar, 126, 4.º — Lisboa.

O presente número tem 20 páginas  
PREÇO 7350













## CINEMA PORTUGUÊS: AS LIGAÇÕES EDIFICANTES: «ENCONTRO COM A VIDA»

Da mais recente produção cinematográfica portuguesa, subsidiada pelo Fundo do Cinema, o que de mais enigmático se poderá dizer, é que possui um excelente documentário sobre Coimbra, de Silva Brandão. Sem ironias tolas, esta é a lição do espectáculo que o cinema Império nos ofereceu, com o filme de Artur Duarte, independentemente do merecimento que este velho profissional da sétima arte, possa ter. Na comparação forçada a que a organização do programa nos levou, o filme de fundo perdeu, ao passo que o documentário atingiu, pela sequência, a montagem, o texto e a enunciação, um nível elevado, afinal aquele que há a esperar em toda a realização cinematográfica do nosso tempo. Sem pretendermos minimizar o esforço da equipa de Artur Duarte, não podemos deixar de notar em «Encontro com a Vida», a permanência dos defeitos que tradicionalmente maculam a produção do cinema nacional, mesmo quando não derivam apenas da insuficiência técnica, de apetrechamento industrial; queremos referir-nos, particularmente, ao tema (à anedota), aos diálogos, e ao desempenho.

A história do dr. Manuel de Sousa, médico numa povoação anónima da província portuguesa, povoação singularmente atrasada e progressiva (os candeeiros de iluminação pública e o trem de verga são coisas hoje impossíveis de coexistirem), médico de aldeia de tipo evoluído, em relação aos João Semana que a pobreza de imaginação novelística nos tem dado largamente, a partir de «As Pupilas do Senhor Reitor», órfão e vivendo com a criada velha, tem no conjunto dos outros personagens clássicos em toda a evocação de vilória provinciana (o boticário, o padre, o chefe da estação) uma vida de ignorado e indébito sacrifício pelos pobres doentes da sua terra, a quem dá consultas e dinheiro para os remédios (tal como o seu ancestral João Semana).

O desejo de um seu amigo lojista (João da Esquina) e sua mulher, que quer ver o filho seguir na pegada do doutor, fá-lo entrar em contacto com a sua santa vida de estudante, em Lisboa, por meio de carta escrita à dona da pensão, onde então se alojara, vai para vinte anos, a recomendar o futuro estudante cácula de Medicina. A dona da pensão, que, como se saberá, foi a segunda ou terceira mãe do dr. Manuel de Sousa (esta questão não ficou bem esclarecida na fita), lembra-se então de convidar o protagonista para padrinho de casamento de sua filha, ao tempo dos estudos do doutor, uma pequenita, e agora uma rapariga bonita.

Ai vem o dr. Manuel de Sousa para apadrinhar o acto e logo que chega, perturbado pelos abraços e beijos que a emoção do encontro dos antigos hóspedes e hospedeiros provoca, confunde a casadoura afilhada com a triste viuvinha, cantadeira de ofício num «cabaret», costureira nas horas vagas e de todo em todo inacessível aos ataques dos galãs da casa. A história começou assim com um beijo do doutor na que não era a afilhada, caso, aliás, logo esclarecido e remediado com outros beijos e abraços na nudivente, embora com as queixas da primeira acerca dos bigodes do médico que lhe arranharam a cara. Grande festa, para apresentação do noivo ao padrinho.

A dona da pensão conta ao doutor a triste história da viúva, com uma filha no asilo, zangada com o pai que é rico, tendo que cantar todas as noites na «boite», para ganhar a vida. O médico, provinciano, fica embeicado pela história e pela viúva e passa a noite a ouvir os discos dela, enquanto os espectadores a vêem actuando, no meio de figurões e figuronas pouco recomendáveis. O idílio continua no dia seguinte, com a compra da prenda de casamento do padrinho, ajudado pela viúva; surpresa desta, ao vê-lo chegar, pois entretanto ele tinha apurado os bigodes que a maltrataram na véspera. Casamento da pequena da pensão, com festa e dança lá em casa; o doutor dança com a viúva, depois desta se ter negado ao manjão de patilhas que mora na pensão. Visita à filha da viúva, em que participa o doutor, que pela primeira vez pergunta à senhora se ela gostava que ele ficasse mais oito dias em Lisboa, ao que ela responde que «sim, Manuel», confundida e contente.

Grande animação dos dois e regresso à pensão, onde se esperava uma notícia trágica: a morte do pai da viúva. Desmaio desta e partida no comboio, de luto carregado e chapéu à Greta Garbo. Regresso do doutor a penates, triste e resolvido a casar com a viúva, logo que esta acabe o luto. Conversa com o padre, acerca da asneira que o doutor recusa fazer, casando com a viúva do «cabaret»; o padre tranquiliza o doutor, pois na história que este lhe conta e o espectador não sabe, não há nada que possa fazer desconfiar da senhora. Contentamento do doutor, que é sempre fácil de contentar, durante toda a fita. Casamento e vinda para Lisboa. Felicidade conjugal, com a filha da viúva a brincar com a terceira mãe do doutor, vestida de criada a rigor.

Felicidade que acaba com as saídas enigmáticas da mulher do doutor, ex-viúva. Desconfianças deste, passeios de automóvel com um sujeito desconhecido, pelas estradas dos arredores; chás nos Montes Claros, telefonema misterioso e escandaloso com alusões da senhora a uma resolução enfim tomada, acusando meiguamente de aldrabão o interlocutor invisível e incógnito, mas que o espectador inteligente logo identifica com o parceiro dos passeios solitários. Salda da senhora e tragédia para o doutor que ouvira tudo, escutando atrás de uma porta. Carta do detective particular que garante ao doutor ter a sua mulher andado com outro cavalheiro, jovem e simpático, em passeios e cháadas. Carta do doutor para a mulher a pedir-lhe a traição — e volta para a terrinha de onde, conforme a terceira mãe diz, nunca deviam ter saído.

Intrigas na terra. Defesa do padre ao bom nome da senhora do doutor, enquanto joga as cartas com os outros pândegos. Conversa com o doutor, a seu pedido; reconforto do doutor; esperanças do padre. E golpe final: regresso da mulher do doutor, ex-viúva e ex-adúltera, com a filha, os noivos e o carro dos passeios — afinal o seu amante hipotético, a prenda que ela queria dar ao marido, de surpresa, no dia do primeiro aniversário do casamento. O doutor deslinda o caso com o noivo, companheiro dos passeios de sua mulher, e com beijos e abraços acaba a bambochata. Satisfação e alívio na sala.

A história é esta e nada acrescentaremos. Aliás, toda a gente da fita é boa gente, com os mínimos defeitos e os melhores corações.

Que mais se pode exigir?

Sim, talvez se pudesse exigir bom senso aos autores da fita, quando não já bom gosto, além de um pouco mais de decência nos processos de satisfazer as exigências de um público que adora as beijouques e pleiudes tradicionais do nosso cinema que deixou de haver. Com tal argumento e tais diálogos (isto é o diário!), exclama um personagem bonzinho ao ponto de não dizer diário!) os intérpretes atravessam a fita com um terrível peso às costas. Como há-de alguém representar bem, quando o obrigam a proferir baboseiras, em meio de situações de tal modo plegas que o espectador se encolhe na cadeira, mal disposto? Por muito acertada que fosse a actuação do protagonista, Rogério Paulo, a figura do dr. Manuel de Sousa é um desconchavo no qual não pode ninguém imprimir o seu talento de actor. A protagonista, Maria Dulce, com um à-vontade que merece outros papéis, é obrigada a cenas onde nunca deveria ter posto os pés (Sr. realizador: por que obrigou a vedeta a fechar os olhos sempre que falava e a estender os lábios sempre que sorria? Por que pôs a câmara abaixo do queixo dela, quando ela cantava, dando-lhe ao pescoço o dobro do tamanho da face?). Os outros personagens, sofrem do mesmo mal e descartam-se como podem dos papéis incómodos (Sr. realizador: por que obrigou os intérpretes a permanecerem em cena após as suas falas, fazendo uns para os outros caras equívocas, sem rir, nem estar sério, de quem não se sente (e com razão) à vontade? Por que fez que a dona da pensão atravessasse uma porta, entre na sala, dirija-se à mesa onde está sentado o estudante para lhe dizer, atrás das costas, que venha ver o quarto, saindo depois todos em fila, pelo mesmo caminho? Ela não podia falar-lhe da porta? Por que obriga a

## O TEATRO PORTUGUÊS E O PÚBLICO OU UMA RELAÇÃO QUE NÃO EXISTE

Por

ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA

**Há uma Universidade que não estuda a literatura portuguesa viva, nem ensina a filosofia portuguesa, porque dizem que não há literatura, nem filosofia. Há um Teatro Nacional de ópera que só raramente apresenta óperas portuguesas, porque dizem que não há ópera, nem cantores. Há uma Orquestra Sinfónica Nacional que, por princípio, não executa música portuguesa, porque dizem que não há música. Há uma galeria oficial que expõe pintura e gravura francesa, italiana, espanhola, alemã, brasileira ou catalã e só esporadicamente apresenta pintura portuguesa, porque dizem que não há pintura. Há um Teatro Nacional que só excepcionalmente representa originais portugueses, porque dizem que não há teatro.**

**Não há teatro, porque a parte um Gil Vicente, que ninguém quer representar, um «rei Luis de Sousa», que todos dizem já ter lido no Liceu, um «Ceia dos Cardeais» e algum «Amor à Antiga», não há textos nem dramaturgos.**

**Mas saberão os que tal dizem que existiu um António Ferreira ou um António José da Silva, que Garrett não é só a tal peça do «Romeiro», que Camilo também foi homem de teatro, que a «Pátria», de Junqueira, é uma obra dramática, enfim que o teatro português moderno existe? Que há um António Patrício, um Raul Brandão, um Régio, um Cortez, um Almada, um Luis Francisco Rebelo ou um Santarém?**

**Sim, há um Raul Brandão que esteve trinta (!!) anos sem ser representado; um José Régio que, levado à cena em Paris (em Paris, senhores provincianos que só acreditam nos valores nacionais depois de os estrangeiros nos dizerem que devemos admirá-los), está praticamente por representar em Portugal; um Almada, totalmente inédito; um Alfredo Cortez que, apesar de todas as limitações, nos deixou uma ou duas peças definitivas; um Santarém, quase só representado por teatros ditos experimentais; um Jorge de Sena, um João Pedro de Andrade, uma Agustina**

pobre criancinha filha da viúva a estar sempre tão bem penteada, a ser sempre tão bem educada, tão meiguinha e educadinha e a dizer palavrinhas tão idiótas? Por que consente no caso do doutor, lá na vilória, aquele bigode tão bem aparado e aquele cabelo tão bem frisado e brilhante? Supõe que basta o chapéu para a nuca para dar o broço lavrador? Por que deixa a vedeta pôr aqueles chapéus, sobretudo quando toda a gente, na rua, anda normalmente? Quando se perderá a ideia de que os protagonistas do cinema têm de vestir pela última linha, que os móveis têm de ser luxuosos, as criadas têm de ter toucas na cabeça e punhos de renda, os prédios têm de ter escadas em mármore, etc., etc.? Ainda se as nossas fitas se exibissem no estrangeiro, compreendíamos. Mas, assim? (...)

A montagem deve ter sido tremendamente difícil e só lastimamos que o técnico não cortasse um pouco mais as cenas que acabavam mudas. Achamos igualmente bem que o realizador tenha resolvido cortar a segunda canção da vedeta, que os espectadores das primeiras sessões ainda tiveram que sofrer.

Quanto à fotografia, é já hábito dos nossos filmes a quase nula mobilidade da câmara; a iluminação das cenas é uniforme, com tentativas de algum efeito nas cenas do «cabaret». Boa sequência fotográfica é também a do baile da boda, na pensão.

Quanto ao som, não melhor nem pior do que é hábito em produções portuguesas, com um registo particularmente mau das canções da vedeta.

A música é como deve ser a dum filme: não se dá por ela.

Concluindo: o «Encontro com a Vida», confirma a lastimável platidão do cinema nacional, a que o Fundo tem dado subsídios melhor empregados em outros empreendimentos. Artur Duarte, que é um curioso homem de cinema, activo, plêtorico de boa vontade e dinamismo, não é, porém, a pessoa de que o nosso cinema necessita para se fazer acreditar perante o público. Supomos ter sido isto o que se verificou pela frequência reduzida ao espectáculo.

PAULO BIZARRO

Técnico (tendo este último representado já Raul Brandão, Régio e Luis-Francisco Rebelo).

Este movimento recente, bom como a forma interessada como foram acolhidas as companhias estrangeiras no ano passado (descontando a dose de snobismo e provincianismo), vem mostrar aos que disso ainda não tenham consciência, que a chamada crise de teatro não é crise de público, mas crise de direcção e de cultura dentro do próprio teatro e das que servindo-se dele, dizem servi-lo.

Impõe-se, portanto, a extensão do auxílio financeiro a estes agrupamentos jovens e desinteressados, votados exclusivamente a servir o teatro, auxílio financeiro que seja concedido com um mínimo de entraves e ingerências extrateatrais, a máxima liberdade aos agrupamentos, a integral confiança na boa fé daqueles que autenticamente servem o teatro e, acima de tudo, com o respeito e a compreensão suficientes de qual seja a essência e a verdade do teatro, tão válida como a de qualquer outra actividade artística ou cultural.

Teatro não é divertimento, nem literatura, mas forma superior de cultura. Como tal, não serve a política, o que seria degradar-se, mas a política é que deve servi-lo a ele, como deve servir toda a cultura, nisso se engrandecendo e legitimando.

Teatro também é palavra, mas não é só palavra. É palavra vivida e comunicada pelo gesto e pela expressão, pelo que só representado, ou seja enquanto espectáculo, plenamente se realiza e é.

Daqui que a única forma séria e inteligente de resolver a chamada crise de teatro, de fazer com que entre o teatro português e o público haja aquela relação que hoje não existe, seja a concessão dos subsídios segundo critérios exclusivamente teatrais, pelo número de anos suficiente e com a liberdade de acção e escolha do repertório necessária para se realizar verdadeiro teatro, ao lado da criação de companhias itinerantes que percorram as províncias metropolitanas e ultramarinas, apresentando o verdadeiro teatro português, e da realização de festivais de teatro português (e não francês) em locais de interesse turístico.

A acção do Fundo de Teatro, por outro lado, não deve circunscrever-se à concessão de auxílio financeiro, devendo antes alargar-se, através duma função editorial e pedagógica, pela publicação, orientada por pessoas competentes, de textos portugueses e estrangeiros, antigos e modernos, de obras teóricas, técnicas e de divulgação, pela promoção de cursos, conferências e colóquios, etc.

Se, contra isto, aqueles que reduzem os problemas da cultura a questões de dove e haver, invocarem o clássico argumento da falta de disponibilidade financeira, objectável, lembrando que o «deficite» anual da ópera e bailado estrangeiros no Teatro Nacional (17) de S. Carlos, anda à roda de 5.300 contos e que o montante dos auxílios do Fundo de Teatro não excede os 3.700 contos. Se pensarmos que, nos dez anos de funcionamento do Teatro de S. Carlos com ópera e bailados estrangeiros, se gastaram cerca de 60.000 contos, de todo estereis, senão mesmos perniciosos para a cultura musical portuguesa e para o nosso bailado, parece que a solução mais inteligente e verdadeiramente patriótica, será a constituição duma companhia nacional de ópera e bailado (para isto existiu em tempos um agrupamento chamado Verde Galeo, do qual depende ainda hoje o nascimento dum bailado português). Isso permitiria, não só impulsionar definitivamente o desenvolvimento da ópera e do bailado portugueses, transformando os espectáculos de S. Carlos, do snobismo do asmoking em verdadeiras sessões de arte e de cultura, como também reduzir consideravelmente as despesas e o correlativo «deficite» do S. Carlos, utilizando-se a diferença como reforço do Fundo de Teatro.

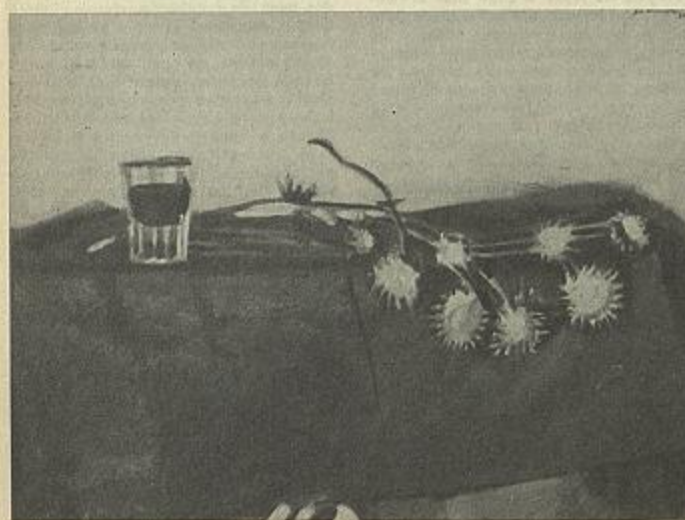
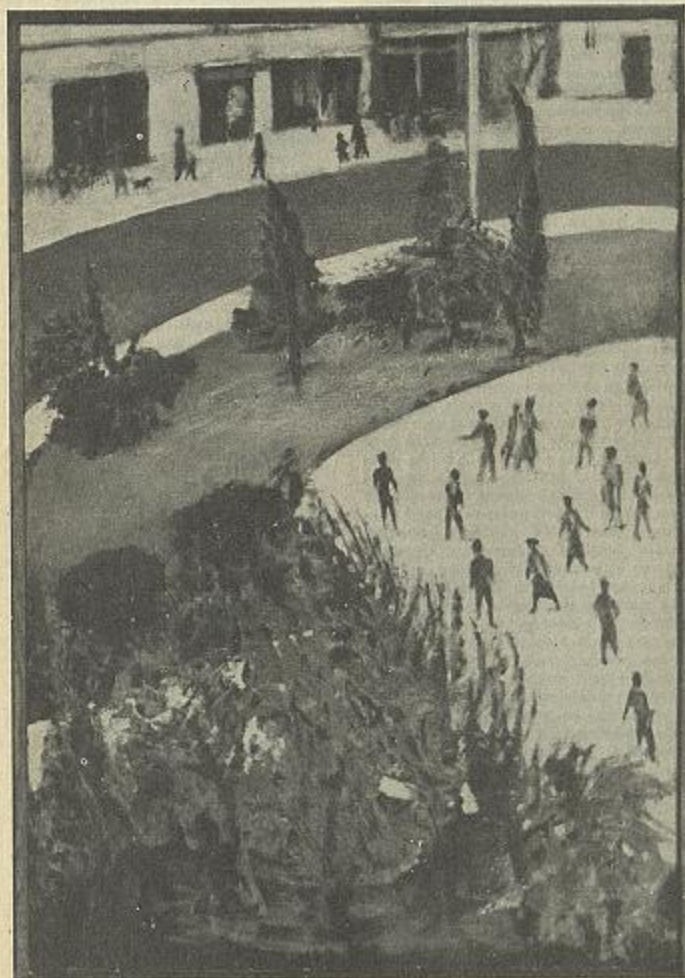
Com isto talvez perdessem dois ou três senhores, mas ganhava decerto a cultura portuguesa. E, pois, apenas uma questão de opção.

\*

Não há filosofia, não há literatura, não há ópera, não há música, não há pintura, não há teatro. Então porque há Portugal?

## A PROPÓSITO DA ARTE ABSTRACTA

UMA VISITA AO SALÃO DE ARTE MODERNA DA S. N. B. A.



3 PINTURAS DE  
SÁ NOGUEIRA  
NO SALÃO DE ARTE MODERNA DA S. N. B. A.

Em meio das leviandades que se têm permitido cometer em Lisboa os luminares das artes-plásticas, leviandades que, após a visita dos chamados artistas berlinenses, atingiram a sua mais clara expressão com a *pintura informalista* catalã, o Salão de Arte Moderna da S. N. B. A. foi um oásis de *mesure*, muito embora varie de extremo a extremo o nível das obras expostas e seja impossível uma classificação geral, em face da heterogeneidade dos géneros e dos valores. O que, parece-nos, o Salão teve de melhor, foi o resolutivo surto de alguns artistas para caminhos mais sérios, certa tomada de consciência, como soe dizer-se, do que há a exigir duma obra de arte, seja ela inserida nesta ou naquela escola ou atitude estética. Já muito se disse acerca desse Salão, integrando-o num panorama geral das exposições de Lisboa, e falando-se do triunfo da *arte abstracta*. Com efeito, alguns artistas cuja estética se integrava no figurativo, revelaram-se agora na abstracção. Mas, quanto a nós, longe de significar o triunfo, essa experiência apenas serviu de prova cabal do perigo que espreita a todos quantos, inclinados a enveredar pelos caminhos apontados sucessivamente pelas modas, transigem com a época de tal forma que comprometem a posição já adquirida, quando não toda a possibilidade de uma futura afirmação. O problema não é de agora e convém esclarecê-lo devidamente.

Primeiro, e antes de tentar aferir o valor ou desvalor da escola, é necessário afirmar que nem todos os artistas *podem* ser abstractos, porque não é comum a *capacidade* ou *faculdade de abstracção*. Esta, pressupõe requisitos inatos e outros adquiridos, cuja especificidade é capaz de caracterizar o tipo físico, além do carácter mental, de tais artistas. Não é por exercícios ou por imitação que será possível realizar uma obra de *arte abstracta*; logo, a atitude do pintor ou do escultor que *decide* ser um abstracto, está, desde o início, comprometida.

A abstracção (no caso particular das artes plásticas), define-se pela captação das imagens que, fora do mundo sensível, não são, portanto, apreensíveis pelos órgãos da visão; o que, desde já, pressupõe a existência de outros órgãos que o vulgo não possui. Além disso, a abstracção implica o adormecimento da razão e a paragem de todo o exercício intelectual, pois, se algo pode garantir uma obra de *arte abstracta*, é a inconsciência do artista enquanto a realiza. Ele não sabe, nem pode supor, qual o aspecto da obra quando feita, senão depois de feita e todo o labor consciente e posterior, será a destruição da obra abstracta, nem quando se limite ao afinamento do jogo cromático ou à definição de linhas e volumes. A obra abstracta é toda realizada em estado de inconsciência, ou então não será abstracta. A capacidade de abstracção, que, no artista, é acompanhada pela faculdade de reprodução plástica,

Por  
FERNANDO MORGADO

é uma autêntica faculdade mediúnica e o artista encontra-se, quando desenha, pinta ou esculpe, em transe hipnótico, pois é dominado por forças que lhe paralizam a actividade da razão, reduzindo-o momentaneamente a um puro estado larvar. Ora, a simples observação demonstra que o ser-se *médium* não depende da vontade, nem resulta de exercícios psíquicos mais ou menos industriais e constantes; ao contrário, o *médium* possui qualidades inatas, que qualquer psiquiatra experimentado pode determinar pelo estudo da fisiologia, da caractereologia e da grafologia. O transe hipnótico do artista abstracto é, no fundo, parente próximo do histerismo e a sua obra constitui, portanto, um documento precioso para os estudos psicanalíticos; esta, a valorização compreensível das chamadas arte dos alienados mentais e arte infantil, uma e outra reveladoras de estados de alma não consciencializados e determinantes, inclusivamente, de métodos educativos particulares.

Que as obras dos artistas abstractos propiciem um conhecimento pleno da psicologia duma época (já hoje é fácil verificar, analisando obras abstractas de um ou vários artistas e realizadas a grandes distâncias de tempo, as diferenças profundas que a evolução do mundo e do modo de viver dos povos, imprimiram na alma dos homens, bem como será já possível desenhar, através desses documentos, o esquema das tendências e a sua variação), que tais obras, dizíamos, sejam preciosos elementos de estudo para as gerações vindouras, quem ousará negá-lo? O método, Sigmundo Freud o enunciou e lhe deu o nome: os *actos falhados*, ponto de partida de toda a psicanálise. O esforço dos Estados, por intermédio dos conservadores dos seus museus, em adquirir por altos preços as obras de *arte abstracta*, tem deste modo a sua mais profunda explicação: arquivam-se documentos capazes de facilitar aos cientistas, aos médicos, aos escritores e aos filósofos, os seus estudos e os seus diagnósticos duma época.

É de meditar, porém, que as faculdades mediúnicas nunca, como hoje, foram alvo de tanto apreço e carinho, sendo, até, em tempos menos profanos, objecto de cuidados e de tratamentos tendentes a libertar quem de tal padecesse. Aceitemos o fenómeno, porém, como característica de tempos em que o estado normal dos seres é a doença e sua virtude a paciência.

Repetimos, portanto, o que acima dissemos: a capacidade ou faculdade de abstracção não se adquire. Logo, um *artista abstracto* não o é deliberadamente e as viragens de alguns figurativos para a escola abstracta, são apenas leviandades,

puerilidades ou vaidades, de que cedo se darão conta. Aceitando o erro como única via de conhecimento, não podemos, no fundo, deixar de louvar tais atitudes.

Simplemente, a posição do artista masculino, tende, deste modo, a comprometer-se na sua varonia. A obra de arte degrada-se ao nível inferior ou plástico, é informal, porque fantástica e necessitará sempre da ligação com o artista para ser válida, pois do seu fluido vital não pode separar-se, por não estar dotada dos *órgãos* necessários a uma vida autónoma. Mas, porque o gérmen, ou o sêmen da obra está fora do artista e nele se depositou e dele se serviu como fôrma ou forno de incubação, nesta fecundação, geração e nascimento, que constitui o processo de criação artística, o artista abstracto desempenha o singular papel feminino, alimentador da obra pelo cordão umbilical, sem o qual ela não prevalece.

Ora a arte é, analógica e anagógicamente, uma *actividade masculina*, não uma *passividade feminina*.

Não se infira daqui a defesa do artista figurativo, apenas por representar ou figurar o objecto exterior. Não. Porque, se a sua actividade é a da passiva reprodução do sensível (cujo arquétipo é o impressionista), em nada difere do artista abstracto, este também reproduz de imagens, simplesmente fora do domínio sensível, mas existentes em si e por si. Tal confusão, é a mais estranha causa das dissensões entre abstractos e figurativos, empenhados em mutuamente se acusaram de defeitos e inépcias comuns e, no fundo as mesmas.

Não nos detendo, embora, na crítica às escolas e correntes do que se convencionou chamar arte moderna, — trabalho, aliás, de necessidade urgente — podemos, contudo discernir nas produções artísticas mais em voga, duas constantes: a negação ou repulsão de toda a fórmula tradicional e a consciente fuga aos processos de intelecção, racional ou intuitiva, das ideias. Ou seja, usando a expressão corrente, o primado da arte sem mensagem.

Para a realização da obra, o artista não sente a necessidade duma ideia: basta-lhe a emoção, a fiel exteriorização dum estado de alma. O pintor não escreve, o escultor não diz; limitam-se a *fazer* e satisfazem assim uma deficiente razão estética. Donde, a *leitura* da obra de arte é deste modo impossível. Ora, repitamos, ainda admitindo graus no ofício do pintor e do escultor, o primeiro, ou o mais baixo, é aquele em que a obra se justifica só por dizer algo, tendo o equivalente literário no exercício de redacção; o segundo grau, pressupõe a sugestão duma ideia ou dum pensamento, a partir de dados de geral entendimento, ou, seja, a fabulação; no grau terceiro, ordenar-se-ão convenientemente os elementos da obra, de modo a ilustrar determinada noção ética: é a apologia; o quarto grau, é aquele em que o

## A PROPÓSITO DO IMPRESSIONALISMO

## UMA VISITA AO «JEU DE PAUME»

Museu do «Jeu de Paume», antologia e plenitude do impressionismo. Não é em verdade uma arte profunda. Frívola, então? Só deixa de o ser nos limites: Manet, Van Gogh, Gauguin. Não é possível esquecer a relação do impressionismo com o positivismo. A psicologia, a cosmologia positivistas reduzem-se ambas gnosiologicamente ao elemento fisiológico. A aparência é elevada à categoria de absoluto. No diálogo sujeito-objecto, porém, considera-se e valoriza-se um mediador, os olhos, órgãos fisiológicos da vi-

são. Solitário em face da natureza, eis que o homem se apoia no guia ocular e tenta na análise dos processos visionais desse órgão, encontrar uma ética, uma estética, uma metafísica.

A luz não importa tanto aos impressionistas como símbolo espiritual ou cósmico, do que como reagente da visão. O ciclo fecha-se, limita-se: o conhecimento recusa-se a si mesmo. O que vê, o olho humano? Não o que é, mas o que pode. E não há outra forma de visão. Tudo são impressões fugitivas, momentâneas, condicionadas ao instante, ao observador, ao órgão. Não há razão, não há intuição, não há mito, não há crença, não há sabedoria.

Todavia, não são ortodoxos um Manet, um Renoir, um Sisley e o seu naturalismo é pois um tanto híbrido, suspeito de atavismos e infiltrações. Lampejos de mitos, farrapos de crenças, lembranças de uma racionalidade perdida surgem à flor dos seus impuros sistemas. Seduzem-nos, sim, numa graça que está já para além do impressionismo, naquilo em que Renoir é lirismo, em Degas música, em Manet ontologia da aparência. Seduzem-nos pelo talento individual, ainda mais do que pelo génio da escola.

Manet, eis o impressionista-limite, eis a essência e a súpula de toda uma teoria estética. Difícilmente compreenderá e sentirá o intento e o alcance do impressionismo quem não se recolher perante as extraordinárias pinturas da catedral de Rouen: *harmonia escura*, os efeitos da noite; *harmonia cinzenta*, a tarde parda; *harmonia azul e ouro*, a incidência do sol; *harmonia azul*, a frescura do sol matinal; *harmonia branca*, a aurora.

A catedral não é já um monumento, é um ser vivo em processo de contínua metamorfose. Sob a variação da luz e a sua refração ocular, ei-la que nos mostra cinco faces, entre outras.

Tal é a ilusão dos sentidos: o Mundo é instável e não decorre de uma verdade ou pelo menos, tal verdade é inacessível. Outra fosse a vista, outro fosse o sol, outra a luz, assim o objecto seria ainda outro, ilimitadamente outro, escapando infinitamente à posse do homem. O quadro, o espaço plástico sustenta esta conclusão, filha legítima das teorias de Kant e de Augusto Comte.

Por quanto tempo se manterá ela? Até que do próprio impressionismo surja a sua condenação, condenação por frivolidade. Não é absurdo, reduzir toda a capacidade humana para conhecer a um só órgão dos sentidos? Ou apenas aos sentidos? Eis que um Van Gogh, possesso de natureza, uma natureza eminentemente terrestre e solar, abate as fronteiras entre sujeito e objecto, abate qualquer espécie de medidas, abate o bom senso do pintor em face ao modelo. Não há pintor e não há modelo. O homem identifica-se com a natureza, o homem é o sol e o húmus, o homem é sujeito e objecto, pintando a paisagem, pinta-se a si mesmo e pinta também Deus.

Um panteísmo rude, espontâneo e primitivo, visando somente a exprimir a energia vital que tudo faz mover, as searas, as estrelas e os camponeses. Um possesso que destrói todas as hierarquias: e que os deuses castigarão com a loucura. Quem contempla a luz de demasiado perto, cega: e Van Gogh tinha apenas consigo uma primitiva espontaneidade, não uma lúcida sabedoria.

Ao invés, Gauguin, parte em busca da sabedoria, menos pela exaltação da alma, como fez Van Gogh, do que através de uma experiência simultaneamente vital e espiritual. Se o positivismo ambiente aniquilou as formas do mito, se o mito se esvai perante a análise e a dedução, a lógica e a razão, urge procurar outro ambiente, pré-positivista, onde os homens vivam pelo mito, sustentados pela magia, habitantes de uma natureza misteriosa e fiéis de uma divindade ainda eloquente. A que distância estamos agora dos grupos familiares e burgueses de um Manet, das dançarinas da ópera e das prostitutas de Montmartre de um Degas ou de Toulouse-Lautrec! Seres misteriosos, agora, integrados no rito e no mito, uma paz reencontrada! A paz de poder viver num mundo que não se fecha na aparência, que não se completa com a rotina do quotidiano, que não se contenta com a visão dos sentidos — um mundo aberto à irrupção do sagrado.

Gauguin disse-o e viveu-o. Mas aqui, no «Jeu de Paume», a sua mensagem parece perdida, como a de Van Gogh: os museus dissolvem a verdade na variedade.

A. Q.

## A PROPÓSITO DE PICASSO E DA ARTE ABSTRACTA NO MUSEU DE ARTE MODERNA DE PARIS

Esta visita ao Museu de Arte Moderna de Paris confirmou-nos várias hipóteses e suspeitas. E algumas intuições, também. Assim, como Picasso nos pareceu frágil e falso! Os seus quadros estão expostos numa grande sala, ao lado de outra, consagrada a Braque. Sem dúvida, este é mais autêntico, mas torna-se cada vez mais difícil distinguir a verdade da sua contra-facção. Picasso parece essencialmente um habilidoso, isto é, um pintor com mãos e sem doutrina, com sentidos, mas sem espírito. Personalidade eminentemente destrutiva, que princípios pretende derrubar?

Antes de todos, o princípio da arte como ponte lançada entre o imanente e o transcendente, como via real de um aquém para um além. As suas pinturas morrem por falta de vida. Não circula nelas o sangue, o movimento e o ritmo da existência. Aniquilando a fonte, permanece apenas o rictus petrificado do cadáver. Recusando uma aparência em que ao menos há o calor da raiz

vital, ei-lo que inventa uma outra que é só aparência: a carne decompõe-se, o mapa corrompe-se, no domínio do gratuito, não se atinge sequer uma visão do nada. Só existe ele, Picasso — e a sua habilidade é o seu deus. O símbolo das suas obras é a indigência que pode atingir o espírito humano. Indigência que serve aos dissolutores — mas é inevitavelmente recusada pelos construtores. Em períodos de autodestruição, de caos, de decadência civilizacional, os Picassos são bem-vindos. Em períodos construtivos, são desprezados e a sua existência é mesmo impensável. É preciso ter perdido todas as ilusões na existência de um Deus ou na presença de uma transcendência, é preciso ter voltado as costas a toda e qualquer filosofia criacionista que encontre princípios explicativos do Universo, para um Picasso ser aceite tal como se apresenta. As suas obras lembram as descrições do mundo caótico, por Empédocles, antes da ordenação dos elementos: braços, pernas e órgãos misturados numa indescritível confusão.

A coberto do prestígio da Arte Moderna, é apontado como um respeitável decano. Mas tenhamos a coragem de revelar o sofisma: se a Arte não é a Religião, poderemos aceitar a Arte Moderna, parceladamente, mas não como totalidade. Se Religião fosse, o dogma proibir-nos-ia a livre crítica. Picasso, o cubismo, o abstraccionismo, não são dogmas da Arte Moderna: tão-só intentos que temos o direito de considerar fracassados e moribundos. Um caminho esgotado. Um grande equívoco, de que saímos mal feridos.

Enquanto os homens tiverem em si a capacidade de pensar e imaginar, a pintura — só pintura é o inconcebível jogo de uma época de suicidas, o episódio sangrento da guerra do corpo contra o espírito. Representativo, por isso mesmo? Porventura o é ao máximo limite. Para o aceitarmos como tal, teríamos no entanto de assumir a arte como documento social. O que não nos é possível.

A. Q.

Abstractos, abstractos, mais abstractos... Meia dúzia de salas, um pesadelo de cores, uma indigestão da sensibilidade. Esta parece ser o último refúgio dos pintores, tal como o lirismo o é dos poetas. Que saudades da imaginação, essa demiúrgica criadora de símbolos e de mitos! O surrealismo foi o seu último estertor, mas enquanto de Salvador Dali este museu nos mostra apenas um quadro, os abstractos não têm conta: quantos restarão, daqui a dez anos? A batalha parece perdida, mas eis que o próprio museu, erguido ao prestígio e à glória da Escola de Paris, deixa entrar no seu reduto um cavalo de Tróia: Ulisses chama-se agora Nicolas Schöffer e a sua máquina produtora de infinitas combinações plásticas e abstractas num écran, vem mostrar que a arte está agora ao alcance de uma técnica mecanicista. «Esculturas espaço-dinâmicas com projecções móveis»: podemos tranquilamente entregar a produção de obras de arte aos engenheiros. Produção infinita. O comprador limitar-se-á a escolher de acordo com o estilo dos seus móveis ou a cor das paredes da sua sala. O ciclo está completo.

A. Q.

INAUGURAÇÃO EM PARIS DA EXPOSIÇÃO «LES SOURCES DU XX<sup>E</sup> SIÈCLE»

No Museu Nacional de Arte Moderna em Paris inaugurou-se no dia 4 de Novembro, uma exposição organizada pelos oito países membros do Conselho da Europa, sob o alto patrocínio do Ministério Encarregado dos Assuntos Culturais, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e com o concurso do Museu de Arte Moderna e da Associação Francesa de Acção Artística.

Aquela exposição está começando a chamar a atenção de todo o Mundo culto, porque apresenta as obras mais representativas duma época (1884-1914), num valor aproximado de 15 milhões de antigos francos, dos quais se atribui à França o montante de 6 milhões.

Os organizadores da referida exposição, à frente dos quais se encontra o senhor Jean Cassou, Conservador em chefe do Museu de Arte Moderna de Paris, apelidaram-na de «Les Sources du XX<sup>e</sup> siècle», não só porque contém tudo o que há de mais representativo das Escolas que apareceram entre 1884 e 1914, respeitantes à pintura, escultura, arquitectura, mobiliário, etc., etc., como também porque se considerou que o tempo que medeia entre 1884 — data que marca a fundação do Salão dos Independentes e por consequência a primeira manifestação do Neo-Expressionismo e 1914 —, data que correspondeu ao começo da Grande Guerra, que pôs fim a esse período de tempo que se considerou como uma época feliz, como uma das épocas mais ricas da história do génio artístico.

Naquele espaço de tempo, nasceu e viveu o chamado «estilo moderno», o estilo atribuído ao século XX.

Aquela exposição seguiu-se, portanto, a outras que foram também organizadas pelo Conselho da Europa, que começaram por uma primeira em Bruxelas dedicada ao Humanismo, outra ao Maneirismo em Amsterdã, outra ao século XVIII em Roma, no estilo Rococó em Munique e ao Romantismo em Londres.

Estivemos no dia da inauguração no Museu das Artes Modernas, situado no Trocadero. A exposição tinha sido acabada de inaugurar por André Malraux, e ainda as meninas da Escola de Belas Artes andavam colocando ao lado dos quadros a respectiva numeração de catálogo. Ainda se respirava o cheiro das tintas, ainda se davam os últimos retoques.

Tivemos uma sensação plena de euforia, quando passámos pelo pórtico da estação do Metro de Montparnasse que figura na exposição e avistámos logo uma série de obras-primas vindas de todas as partes do Mundo pela primeira vez reunidas e que talvez nunca mais se consiga ver juntas.

Obras de Picasso, entre as quais o célebre quadro «Les Femmes d'Alger» no valor de 500 milhões de antigos francos. Obras de Manet, Monet, Van Gogh, Cézanne, Toulouse-Lautrec, Van Dongen, Kandisky, Rouault, Macke, Renoir, etc., etc., enchiam dezenas de salas 764 quadros dos mais representativos pintores, pertencentes quase todos às conhecidas Escolas: Nabismo, Fauvismo, Cubismo, Futurismo, Dadaísmo, Surrealismo, Expressionismo, e de diversas formas dos Abstractos; estavam a ser admirados por um público numeroso convidado a assistir à inauguração da exposição, à qual já se apelidou de «Exposição do Século».

Mas além das telas de pintores célebres, também se pode admirar peças preciosas, representativas de um mobiliário que fez a sua época. Destacamos os móveis de Mackintosh, de Mackmundo, de Horta, de Vallin, de Gaillard, etc., etc.

Também admiramos lindos pratos, colheres, copos, cerâmicas, jóias, etc. O total de artigos expostos, desde quadros a maquetes de edifícios dos mais representativos da época, atinge o número de 1.346.

Aconselhamos pois a todos que possam ir a Paris, a visitar essa maravilhosa exposição que está aberta até 23 de Janeiro.

A. C.

F. MORGADO

# NOVE PROPOSIÇÕES VERBAIS

Por

ANTÓNIO QUADROS

O substantivo relaciona-se com o verbo, como o dormente se relaciona com o desperto. O substantivo puro, expressão de uma substância particularizada, não equivale ao estado de morte, porque a vida nele fervilha, para além da infidelidade que em si mesmo representa: integrado na oração, é dinamizado por um verbo, e assim se restabelece, o acordo entre a linguagem, e a realidade de uma existência movente e múltipla. Uma triunfante corrente filosófica isola porém, isola ou abstrai o substantivo, da oração ou recusa-se a verbalizá-lo, e assim a filosofia quis-se, em certa linha de tempo e em certo espaço, uma meditação sobre a substância ou sobre a essência. Uma meditação sobre o dormente ou sobre o potencial inerte. Abusivamente, considerou-se que era esta a tradição da filosofia ocidental: substantivou-se o ser; e, perdendo este a sua qualidade verbal, limitou-se o conhecimento, encerrado em limites cujo mais baixo símbolo é o corpo. Substantivou-se primeiro, com o idealismo franco-germânico; coexistiu-se depois, com o positivismo; por último, utopizou-se, na simbiose com a dialéctica da unidade. No limite deste caminho, reconheceu-se com um espanto não destituído de ingenuidade, que a existência negava ou era negada por este ser substantivado, essencializado. A filosofia ajustou-se às novas categorias do existencialismo, mas dir-se-ia que não aproveitou ainda inteiramente a lição: o processo de verbalização nem por isso se acelerou, ao fazer-se depender a essência, da existência. Substantivavam-se as ideias e os objectos. Substantivam-se agora os sentimentos, considerando-se que estabelecem melhores relações, do que as puramente racionais, entre o pensamento e a realidade. Enriqueceu-se sem dúvida a perspectiva filosófica — e podemos mesmo supor que a admissão dos sentimentos do homem é um primeiro e tímido passo para o uso integral da psique, que a psicologia das profundezas vem propondo sem êxito aos metafísicos.

Seguindo no entanto a tradição da filosofia portuguesa, é reflectindo sobre os verbos que será possível compreender como ao conhecimento da verdade se antepõe ou se sobrepõe um lento e seguro descobrir de véus, que em nenhum momento pode deter-se sobre uma substantivação dogmatizada. Uma filosofia de movimento necessariamente se constrói em linhas diferentes das filosofias conceptuais, em que os conceitos, procedentes embora de uma verbalização, tendem porém a substantivar-se como seres inertes. Menos precisamos com efeito de uma metafísica, do que de uma dinâmica verbal que a todo o momento assegure o movimento de espiritualização das almas e dos seres.

Postas estas breves considerações iniciais, abordemos nove proposições verbais da existência humana, que articulamos em três tríades interdependentes: não temos outro propósito, senão oferecer aos leitores alguns fecundos temas de meditação, cuja chave ou síntese cada um encontrará dentro de si, conforme é sabido não ser a relação nove-dez, objecto possível de demonstração. Nesta época de abuso de simplificação e de sombria claridade cartesiana cabe duplamente reconhecer que a vida não pode reduzir-se a esquemas binários como os que o culto da vontade impõe à filosofia e à po-

lítica e cuja única solução se considera ser a da guerra, ou seja, a da eliminação do outro termo.

## 1. Agir, opinar, saber

A moral, que é a substantivação da necessidade humana de agir, fornece certas fórmulas que, substantivadas também, na realidade não satisfazem as exigências imprevisíveis que a vida constantemente coloca em frente de nós, como um desafio. Moral religiosa, moral política, moral social pretendem traduzir princípios éticos, inflexíveis e inexpressos, cujo fundamento se reclama de uma ou outra concepção da verdade. A distância, por vezes infinita, entre a moral e a ética, entre o costume e a sua lei, manifesta-se em duas instâncias. Na primeira, a pluralidade das teorias e dos cultos num mesmo tempo e num mesmo espaço, impõe pouco a pouco uma legislação moral de compromisso: assim, o tipo de acção em que somos obrigados a mover-nos não deriva por necessidade lógica de uma interpretação do mundo, mas de numerosas interpretações, cada uma das quais teve de ceder a sua quota-parte. A um pensamento híbrido corresponde uma moral híbrida e uma acção híbrida. É o mundo em que vivemos, é a atmosfera das nações ocidentais. O direito que limita a liberdade de agir de cada um, é filho de um amálgama onde não sabemos o que é mais absurdo, se a demissão da filosofia, se a demissão da religião, que, ambas, para subsistirem, aceitam o compromisso. As virtudes que se recomendam são substantivas, como por exemplo, os relacionados com a bondade ou a solidariedade. Porém, a regra de acção dificilmente é regra de agir: ser bom e ser solidário é uma exigência pragmática a que falta o principal, o predicado, já que as situações são inumeráveis e múltiplas. Importa agir, mas que conselho interior nos pode ser útil, se não sabemos os limites do dar e do precisar que se diversificam em cada relação um-outro? Na dúvida, seguimos o convencional, a esmola, por exemplo, ou o voto ou a adesão política. Individualmente, opinamos que tal acto será o mais benéfico ou o mais solidário. Face ao substantivo inverbalizado, nada mais temos a nosso favor, do que uma opinião empírica, gratuita e inconsistente. No extremo da lucidez de semelhante situação, Jean-Paul Sartre dá valor metafísico à opinião, desligando-a por completo dos resquícios filosóficos ou culturais que ainda a suportavam, mesmo hibridamente. Agir é para o autor de *O Ser e o Nada*, algo de gratuito e opinioso, sem verdade ou essência de que se reclame, além de uma fidelidade absurda ao próprio conteúdo de determinada escolha de acção. Em última análise, a liberdade de agir será a expressão de uma certa inclinação anímica, assente na vontade e não na inteligência. A vida será pois um conflito de vontades, uma desagregação de seres, amplamente justificada pela teocracia do nada que a adopção geral da sua doutrina fatalmente importaria.

Se a grande massa das pessoas

no mundo ocidental age a partir de um opinar desagregado e individual, procurando baldadamente conciliar a moral substantivada e híbrida com a realidade movente e múltipla, o que resulta na paralisia espiritual a que vimos assistindo, culturas há, não ocidentais, e vastas zonas ainda do mundo ocidental, onde a acção é conduzida noutras coordenadas, não mais eficientes.

Na verdade, onde a moral se aproxima da ética, é mais pleno, eficaz e fecundo o agir dos homens? Abordamos aqui o crucial paradoxo das ortodoxias, paradoxo este que acompanha o mesmo esquema. O paradoxo reside em que precisamente parece inconciliável a infinita disponibilidade dos homens para a verdade, com a substantivação dogmática que pretende assegurá-la contra as forças da falsidade e da mentira. Forças da falsidade e da mentira, bem o sabemos, que são a verdade de outros, mas antes de entrar na antinomia de subjectividade e objectividade, examinemos o problema prévio, admitindo a verdade potencial da ortodoxia. Mesmo neste caso, podemos guiá-nos por uma moral? A ortodoxia afirma uma verdade e, dessa verdade, parece poder derivar-se logicamente uma moral, uma ética, uma regra de acção. Assim é nos países onde a Igreja domina o Estado, como em certos estados islâmicos e orientais ou nos tempos do poder temporal da Igreja Católica; assim é, igualmente, nos países onde esse substituto da religião que é a Metafísica se apodera do Estado, como nos governos de inspiração hegelina, de direita ou de esquerda, quais sejam os fascismos e os socialismos, nacionais ou internacionais, que sucessivamente dominaram os estados germânico ou italiano, russo ou chinês.

Eliminando o impulso interior para um agir individual, estes estados idealistas tentaram conciliar os interesses respectivos do indivíduo e da sociedade, formulando ortodoxias e regras de conduta moral, escolástica ou dialécticamente derivadas de uma grande ideia unitária e de atavismo mítico paradisíaco. Surgiram então os catecismos e as cartilhas onde a personalidade dos cidadãos é traçada *a priori*, não importando se contrária às mais profundas realidades das almas e dos espíritos. E o problema reconstrói-se, como nos estados ditos democráticos, onde vigora a moral de compromisso: catecismo e cartilha poderão acaso arcar com o peso imenso da multiplicidade e do evolucionismo? O que se cede à sociedade em prejuízo da relação singular da vontade humana com a específica estrutura psíquica que a suporta, é de perto ou de longe compensado com a ordem externa e o progresso social que se invocam?

Afigura-se-nos óbvio que a tensão assim criada mais tarde ou mais cedo explode em situações de guerra, quando não estagna em estatutos de miséria espiritual bem evidente. O recurso do Estado, seja religioso ou laico, a um ajustamento do ideal ao real através de descentralizações, decretos, regulamentos, excepções, é ainda um recurso à opinião, já que os

postulados idealistas do sistema são mantidos na íntegra, mesmo quando contraditados na prova decisiva da experiência.

Que opinião? Eis a divergência: enquanto nos países ocidentais, ainda a opinião individual faz lei, capaz como é, de subsistir no labirinto legal das instituições — nos países «de sistema» ou totalitários faz lei a opinião dos chefes ou responsáveis, considerados como autoridades em matéria de interpretação dos livros sagrados ou das obras capitais da filosofia política.

Se acrescentarmos que naquelas nações existem parcelares organizações religiosas ou políticas que, não se identificando com o Estado, aceitam no seu seio as mesmas linhas destas últimas, aspirando a converter o resto das pessoas ao seu modo de pensar, completamos um panorama social da época moderna em que é patente uma contradição trágica.

Na verdade, a máxima exigência metafísica, de idealismo, unidade e universalidade, dificultada no seu processo pelo mesmo húnus de uma existência imprevisível e ilegível, acaba por ter de se apoiar, não na necessidade, mas na contingência, não no saber, mas na opinião avulsa dos indivíduos ou dos chefes — uns e outros mal preparados para agirem de acordo com uma teleologia onde as infinitas e diversas energias vitais da multiplicidade vivente, se harmonizem a fins que efectivamente as suponham e as transcendam.

Conclui-se das nossas palavras que do agir opinioso deveremos ou deveríamos passar ao agir sábio, e imediatamente se repora a velha desconfiança quanto à possibilidade de um saber garantido por verdades efectivas. Quanto a nós, todavia, não é esta uma dificuldade intrínseca: a maior dificuldade residirá na força de resistência das ortodoxias e dos sistemas, que na abertura para um ilimitado saber, se colocariam em situação de tal modo perigosa, que logo seria insustentável. O saber limitado, o saber com as fronteiras rígidas do sistema, repousa sem dúvida as mentes, que no trabalho encontram o estupefaciente capaz de equilibrar a invalidade dos modos de agir. Mas o saber *a priori* limitado é o não saber, e representa verdadeiramente o impacto do nada sobre a vida. Agir no saber, para o saber e pelo saber? Sim, eis o único caminho capaz de harmonizar as vontades divididas e conflituosas do nosso mundo trágico e ridículo. Trágico de frustração. Ridículo de desproporção entre um corpo que continuamente aumenta de força e de estatura, e uma cabeça que parece diminuir na ressaca destes séculos de falácia filosófica. O que é, porém, o saber, e como, contrariando o mero opinar, se lhe adequará o agir?

## 2. Subjectivar, objectivar, relacionar

Certo nos parece ser que esta incerteza no agir, característica do nosso tempo, incerteza esta que transfere a decisão para a zona mais sombria e desconhecida da alma, para o impulso anímico

apenas medido e limitado por uma moral de compromisso, ou ainda que a transfere para o rígido corpo dogmático de um sistema, mantido e regulamentado pela autoridade, disciplina e chefia, certo nos parece ser, dizíamos, que esta incerteza no agir tem a sua origem na instabilidade do saber, que envolve de sombras as consciências, quando a problemática metafísica invadiu e ocupou as velhas e ingénuas crenças de tempos passados. Não é o lugar para desfiar o rosário das causas, para acusar os excessos de ortodoxia ou para atribuir ao espírito escolástico e dominicano responsabilidades de um fenómeno que se situa unicamente no mundo ocidental, mais precisamente nos países latinos e germânicos, de onde irradiou para o restante da humanidade.

Na verdade, o homem encontra-se em situação instável, quando deixa de poder orientar-se no universo em que vive. Olha em sua volta e depara com outros seres, coabitando com ele na mesma casa. Quem são e como conhecê-los? Atente-se na viragem das posições. Enquanto a essencial relação era a transcendente, e o diálogo se travava epopeicamente entre o baixo e o alto, entre o homem diminuído e o Deus redentor por transcendente mediação, o universo físico dos seres era apenas um campo de experimentação ou de procura alquímica. A nota dominante da alquimia não era a conceptual, mas a activa: não desejavam os homens reduzir a *fisís* à ideia, mas por assim dizer verbalizá-la e espiritualizá-la por um engenho que era simultaneamente magia e oração. O mundo físico era o terreno do sagrado e por conseguinte a dialéctica ontológica do subjectivo era impensável: como, sem a assistência sobrenatural, poderia o homem arrogar-se a conhecer as veras relações entre os seres?

Ao estabelecer-se porém a metafísica como actividade puramente mental, imanente e humana, desde que a escolástica desenvolveu a problemática da razão e da fé, estavam desde logo lançados os fundamentos de uma construção cujas paredes mestras seriam cartesianismo, kantismo, idealismo e positivismo. Dois verbos passaram a dominar a filosofia: subjectivar, objectivar.

Subjectivar, reduzir o mundo aos quadros mentais do sujeito observador, considerar como impossível o conhecimento objectivo. Objectivar, compreender ao mesmo tempo a imperiosa necessidade de fazer explodir as grades deste cárcere egolátrico.

Nestas linhas alternadas foi decorrendo o pensamento europeu, até que nos grandes sistemas idealistas a antinomia se quis resolver ficticiamente por uma declaração de princípios: a identidade entre o ideal e o real. Da impotência, fez-se nascer pois a arrogância: incapaz de conhecer, eis que o homem atribui categoria de realidade absoluta ao seu próprio pensamento e julga poder resolver todos os paradoxos e antinomias da vida através de sistemas racionalmente concebidos, sistemas estes que, uma vez pragmaticamente aplicados em política, foram a humanidade a adaptar-se-lhes para que o dogma não seja desmentido. Assim o saber se anula na vontade. Objectivar não se dissolveu na operação única de subjectivar, mas passou a ser-lhe submisso feudal: o mundo dos objectos, homens, animais, natureza, perdeu a sua independência e a sua liber-

dade, porque a Ideia se lhes sobrepõe. O sujeito ou o sistematizador ou o ditador da sistematização desconhece os seres-objects que o rodeiam, mas declara-se legislador e integra-os em actividades que são o próprio funcionamento da sua subjectividade racionalizada. Tal como a natureza perde a sagrada liberdade que o pensamento totémico simbolicamente lhe concedia, assim os homens, querendo ser os sujeitos dominadores do real pelo ideal, se colocam em posição de, por sua vez, serem os objectivos do sistematizador que os subjectiva.

E o saber degrada-se em técnica: a metafísica apresenta-se como técnica de domínio mental ou espiritual; a antropologia e a psicologia, como técnicas de domínio pessoal ou anímico; a cosmologia, como técnica de domínio sobre a natureza ou sobre o corpo.

O saber é agora uma profunda e dogmática crença no não saber. O lugar de Deus é ocupado pelo Nada, desta forma se substituindo um desconsiderado absurdo positivo por um considerado, mas impensável absurdo negativo. Este foi o destino da metafísica, propiciado originariamente por más traduções e interpretações dos textos platónicos e aristotélicos.

Como se procurará resolver, porém, a antinomia do subjectivo e do objectivo, que inquinou irremediavelmente esse pensamento europeu, de que ora podemos não ser já os passivos tributários?

Muitas correntes modernas procuram ultrapassar uma dialéctica dominada sem dúvida por preconceito-crença racionalista: com efeito, duvida-se cada vez mais de que a razão possa restabelecer os laços perdidos entre o sujeito e o objecto. E assim, a filosofia posterior a Hegel vem-se esforçando por trazer à luz novas funções gnosiológicas.

De entre estas, são particularmente notáveis, quanto a nós, a intuição, base das correntes da filosofia francesa dominada por Bergson; a imaginação ou a concepção da filosofia como arte, desenvolvida por Fernando Pessoa e sobretudo por Álvaro Ribeiro; a consideração da globalidade das actividades inconscientes, exposta filosoficamente por Jung e os seus sucessores; o sentimento, diferentemente valorizado em correntes que dão valor metafísico a uma ou outra forma de sentir: seja a angústia, na linha cronológica Kierkegaard-Heidegger-Sartre; seja a saudade, no pensamento de Teixeira de Pascoais e dos seus discípulos; seja a fé filosófica, de meditação existencial, na renovação cristã que quase simultaneamente irrompeu em vários países — com Leonardo Coimbra em Portugal, Karl Jaspers na Alemanha ou Gabriel Marcel em França.

Perdoe-nos o leitor esta breve e limitativa digressão académica. A que verbo se podem ligar todas estas correntes pós-kantianas e pós-hegelinas, todas elas procurando a seu modo ultrapassar a antinomia sujeito-objecto e a dialéctica ideal-real?

Em nossa opinião, elas intentam relacionar: relacionar os planos do ser, divididos e divorciados, relacionar as funções antropológicas entre si e com o múltiplo universo exterior, relacionar o finito com o infinito, relacionar a imanência com a transcendência, relacionar o nominado com o inominado, relacionar o visível com o invisível, relacionar enfim o sujeito como objecto com o objecto como sujeito, o que anula e desfaz a antinomia. Esta dependia de se considerar unicamente a esfera racional, fria, abstracta ou matemática. Uma vez que se atinja a evidência de um profundo e fecundo relacionar dos seres coexistentes, em todos os planos, géneros

e espécies, teremos renovado e aberto os trilhos de um saber garantido e verbal.

Encontramo-nos hoje no limiar de tal saber, que se deseja passe do campo das «élites», para mais vastas manchas humanas, através de uma pedagogia adequada. Sem o saber, agir é verbo irrefletido, gratuito e criminoso. Todavia, os maiores obstáculos se levantam perante tal pedagogia. Quais são esses obstáculos e quais as razões da sua persistência?

### 3. Libertar, justificar, amar

Os homens não desejam a liberdade e a justiça, abstracções inverbiais, substâncias de tão vago contorno que se torna impossível atribuir-lhes qualquer carácter de universalidade: os homens desejam ser libertados dos entraves ou problemas que obstam à sua progressão anímica e espiritual, mas cada homem, como cada povo, tem diante de si diferentes entraves e problemas. Não basta pois que uma Constituição afirme a liberdade, é preciso habilitar as pessoas a uma constante acção libertadora, no sentido de que a cada alma sejam dadas as condições de procura da sua própria forma de comunicação espiritual e intelectual: sejam dadas tais condições por todas as vozes que ao longo do caminho pretenderam impor-lhes uma «verdade» fixa e circunscrita, sejam dadas tais condições, até pelos mestres que lhes abriam os olhos para a realidade.

A afirmação substantiva da liberdade, como é dogmatizada pelas ortodoxias políticas entra imediatamente em dialéctica com a afirmação substantiva da justiça e, na conciliação que se procura, ambos os conceitos se degradam e perdem. Não há que limitar a liberdade em nome da justiça. Não há que limitar a justiça em nome da liberdade. Perdendo inevitavelmente o sentido predicativo e concreto estas palavras passam a significar bandeiras de ódio: prende-se e mata-se em nome da liberdade e da justiça. Guerreia-se. Pior: conduz-se o espírito para o campo da luta de vontades, em que se estiola e se converte em mecanismo de autodestruição.

A justiça, traduzida pelo direito, coarcta evidentemente o livre evolucionismo humano, porque se vê obrigada a uniformizar o que na realidade não é uniforme.

Com efeito, a multiplicidade é a condição dos seres humanos: diversificados pelos sexos, pelas pátrias, pelas raças, não podem ser tratados idênticamente por um direito abstracto e por uma pedagogia abstracta. Se, porém, substituíssemos o substantivo pelo verbo, justificar seria objecto de uma pedagogia esclarecida e os estados poderiam transferir parte das suas responsabilidades mais pesadas. Nesse caso, o justificar aproximaria-se tangencialmente do libertar, porque o limite do agir proviria de dentro, não de fora; da consciência, não da autoridade.

As mentalidades de formação jurídica e positivista tendem evidentemente a considerar utópico este modo de pensar, mas não repararam até que ponto a nossa vida actual resulta de uma utopia bem mais grave, porque realizada negativamente — a de um direito e de uma pedagogia totalmente inadequadas à antropologia e aos princípios e fins de uma filosofia do movimento.

Compreende-se por conseguinte como uma tal dialéctica da liberdade e da justiça se opõe ao efectivo enriquecimento do saber, eith o qual o agir é apenas uma possibilidade imatura. Se o pensamento da liberdade leva ao esmagamento da minoria intelectual pela maioria social e ao triunfo das forças

de tipo físico, numérico e material, ficando pois o saber relegado para um lugar insignificante no xadrez dos grupos sociais, o pensamento da justiça por sua vez, ao criar um direito mais rígido, apoiado num poder executivo mais forte, é obrigado a conceber a humanidade, não pela multiplicidade real e pela hierarquia dos espíritos e das inteligências, mas por uma uniformidade puramente fictícia, calculada por um critério de nivelamento em que as exigências primárias e inferiores sobrelevam as mais subtis e superiores. Matematicamente, o esquema parece lógico, mas a verdade é que, levando ao desaparecimento progressivo dos homens sábios e justos e à entronização dos mandatários do sistema e da lei, nos arriscamos a criar uma humanidade no arquétipo dos grupos animais, que não têm reacções individuais, mas reacções de espécie. Como porém, os homens não são animais, os países ditos mais avançados nestes respectivos campos apresentam hoje crescentes e assustadores índices de suicídio, de loucura, de alcoolismo e de todo o género de doenças psíquicas e males fisiológico deles derivados.

Liberdade e justiça dirigem-se aos indivíduos como projectos ideais; direito e lei, às pessoas como representações ou máscaras sociais. Verbalizando estas expressões, isto é, procurando adequá-las dinamicamente ao concreto, encontramos que indivíduos e pessoas são caracterizáveis por qualquer forma de unidade ou essência metafísica. A operação mental e filosófica que se exige pois hoje, neste período de ressaca da grande e ilusória exaltação metafísica, é pensar a partir dos dados antropológicos, dando por conseguinte um lugar inteiramente diverso à ontologia.

A mais superficial analítica existencial é obrigada a reconhecer como princípio da antropologia, a multiplicidade. Que esta possa mítica e teleologicamente redimir-se em unidade, de acordo com um dos mais antigos sonhos do homem ou que, de outro ângulo, a redenção seja como que uma conversão da multiplicidade diminuída em multiplicidade superada, permanece no entanto que há sexos e estes, sendo inconvertíveis, representam arquétipos de individualidade radicalmente distintos. Como o não entende o pensamento da liberdade e da justiça? Por abuso de abstracção ou substantivação, a filosofia não considerou esta situação e deixou pois de poder exercer-se através de proposições verbais efectivamente libertadoras e justificadoras. Distintos como são, os sexos aproximam-se porém, e uma força carnal, cósmica, inefável, os reúne de modo tão profundo, que o próprio mistério da criação se reproduz neste encontro. O esquema dual era pois incompleto e só quando dinamizado na permanente relação com o amor teria possibilidades de tomar uma outra via, mais humana e verdadeira.

Tal como hoje se propõem, direito e lei traduzem a falta de uma meditação sobre o mistério do amor e o enigma dos sexos, quer dizer, passam ao lado do que é fator dos maiores dramas e também das maiores alegrias, dos maiores impedimentos e das maiores causas de frustração da existência humana. Pode dizer-se, sem irmos demasiado longe na análise, que enquanto os fins próprios de cada sexo, enquanto a verdade e a realidade do amor, enquanto o autêntico conteúdo verbal do casamento e do matrimónio não forem integrados nos esquemas mentais do nosso tempo, a dualidade abstracta dos conceitos de liberdade e justiça não impedirá a situação de escravidão real e de frustração

evidente em que vivem homens e mulheres, sem que as mudanças de regime, de governantes, de sistemas políticos consigam alterar essa situação basililar e trágica.

Se o amor é a possibilidade mítica de aproximação dos sexos, se o amor é a multiplicação e a garantia da continuidade da vida, se o amor, apelando poderosamente para a elevação dos sentimentos e a transcendência das qualidades anímicas, resolve em parte o problema da solidão, inibitória da tranquilidade espiritual, somos obrigados a reconhecer que a sua expressão social e jurídica, está longe de poder garantir as doutrinas redentoristas. A realidade da guerra dos sexos, mantida por uma legislação que em múltiplos aspectos desajusta homens e mulheres da sua verdadeira vocação, torna impeditiva aquela luta pelo saber em que centralizámos a nossa meditação.

Perde-se nas famílias o ambiente propício à meditação e à aventura espiritual, porque outros valores são impostos no actual processo de matriarcado em que parecemos mover-nos. A conquista das vantagens materiais e sociais sobreleva pois o descobrimento das verdades. Não há liberdade, não há justiça, quando a mente a si mesma se aprisiona e se dirige para esquemas mecânicos e dogmáticos, conservados e mantidos propositadamente em nome daquelas vantagens.

Se o destino transcendente do amor é o filho, isto é, a multiplicação, a projecção para o futuro

pelo verbo, é mais do filho espiritual que se trata. Se a reunião do primeiro e do segundo em todas as ocasiões produzir o terceiro, fundamento do amor, há no mundo uma possibilidade de acção redentorista e a teleologia virtual dos mitos tem equivalente numa existência dinamizada.

Nove proposições verbais... Como agir? Agir, não pela opinião, mas pelo e para o saber. Como saber? Saber, não o que é subjectivo ou o que é objectivo, mas o que se garante num contínuo relacionar de planos. Como, enfim, relacionar? Relacionar, não pela dialéctica da liberdade e da justiça, mas no arquétipo do amor e sobre o alicerce sólido de uma adequada vocação sexual. O décimo elemento, de síntese, é simultaneamente pessoal e inefável e não saberia ser especulativamente exposto numa filosofia e numa pedagogia. Porque os homens em verdade, para ascender segundo uma exigência plural que nunca poderia ter a finitude de qualquer sistema, aspiram por um novo modo de filosofar e o seu necessário complemento, uma nova pedagogia, de ambos dependendo as realizações políticas e sociais que hoje abusivamente ocupam o vértice cimeiro da hierarquia.

O verbo é a garantia do movimento, se a alma for interpretada e dirigida pelo espírito. Meditações como estas são um momento — não um fim ou um princípio — e só assim o futuro é efectivamente uma realidade mais alta...

## Companhia Nacional de Navegação

SEDE — R. do Comércio, 85 - LISBOA

SUCURSAL — R. Infante D. Henrique, 63 - PORTO

Assegura a ligação entre Portugal e as Províncias Ultramarinas de África e Oriente, com escala prévia pelos portos do Norte da Europa.

### COMODIDADE E CONFORTO

FROTA DA C. N. N.

Navios de passageiros	Tons. D.W.	Tons. desloc.
MOÇAMBIQUE . . . . .	9.423	18.220
ANGOLA . . . . .	9.550	18.250
NIASSA . . . . .	9.705	16.330
QUANZA . . . . .	6.230	11.550
ÍNDIA . . . . .	6.655	11.677
TIMOR . . . . .	6.655	11.677
ZAMBEZIA . . . . .	1.857	3.538
LURIO . . . . .	1.857	3.538
SAVE . . . . .	1.330	2.680
Em construção:		
PRÍNCIPE PERFEITO . . . . .	—	20.000

Navios de carga	Tons. D.W.	Tons. desloc.
SOFALA . . . . .	12.145	18.520
MOÇAMEDES . . . . .	9.120	12.990
ROVUNA . . . . .	9.120	12.990
S. THOMÉ . . . . .	9.050	12.550
NACALA . . . . .	3.370	5.130
TAGUS . . . . .	1.630	2.320
CHINDE . . . . .	1.543	2.592
ANGOCHE . . . . .	1.532	2.581

# PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADE FUTURA

(Continuação da pág. 6)

É o próprio Fustel de Coulanges quem nos diz que «os nossos últimos oitenta anos mostram-nos claramente como uma das grandes dificuldades a opor-se à marcha da sociedade moderna, está neste nosso inveterado costume de termos a antiguidade grega e romana sempre diante dos olhos. Não significa isto que as antiguidades grega e romana não derramassem na latidude por uma forma válida, perene e criadora, toda a dinâmica das suas culturas e civilizações; é ainda Fustel de Coulanges quem nos elucida que o confronto entre crenças e leis mostra-nos como esta religião primitiva constituiu as famílias grega e romana, estabeleceu o casamento e a autoridade paterna, fixou os seus graus de parentesco, consagrou o direito de propriedade e o direito sucessório. Esta mesma religião, depois de haver alargado e aumentado a família, estabeleceu uma associação maior, a cidade, e governou-na na mesma disciplina que a da família. Da família provieram, pois, todas as instituições, assim como todo o direito privado dos antigos. Da família tirou a cidade os seus princípios, as suas regras, os seus usos, a sua magistratura. Mas, com o tempo, estas velhas crenças modificaram-se, ou extinguiram-se, e o direito privado e as instituições políticas modificaram-se juntamente com elas. Desenvolveu-se então toda uma série de revoluções e as transformações sociais continuaram seguindo regularmente as evoluções da inteligência».

Vale a pena, parece-me, determinarmos por algum tempo na análise do conteúdo positivo da Civilização Romana, e nesta reflectirmos um pouco em torno do autêntico e verdadeiro significado da «Paz Romana». Antes de mais, desejamos afirmar que pertencemos ao número dos que acreditam na forte individualidade da Civilização Romana, individualidade que ainda mais se marcou e esclareceu, amalgamando por forma eminentemente nacional o poderoso contributo helênico. Foram precisamente as «dificuldades estimulantes» de que fala o eminente historiador inglês Toynbee que imprimiram à Civilização Romana uma feição e cunho indeléveis. Como sabemos a «Paz Romana» está intimamente ligada com o Regime Imperial, e dentro deste com o culto do Imperador Augusto e seus sucessores. «Ao sair das guerras civis, um grito eleva-se ardente e unânime dum extremo ao outro da bacia mediterrânea: a paz a todo o preço. Esta paz espera-se, implora-se, ao novo regime. Todos os olhos se voltam ansiosos e confiantes para Augusto, o Messias esperado, o Mestre da ocasião» escreve Leon Homo na sua obra «La Civilization Romaine». Por outro lado, sabemos também que o «Imperium» quer no sentido linear, ao pé da letra, de «Poder», «Vitória» quer num sentido lato de hipertrofia do Estado, envolve sempre uma concepção totalitária desse mesmo Estado; efectivamente nada se concebia em Roma que não fosse dentro do Estado e para o Estado, este representado pela figura idolatrada do Imperador, verdadeira força mítica posta ao serviço dessa ideia nacional. Seja como for, quer aceitemos a tese segundo a qual não existe uma Civilização Romana propriamente dita, mas antes uma Civilização Helénica romanizada na qual o Homem era o centro de todas as coisas (microcosmos) concepção que se opõe à concepção cristã, na qual o Homem sobrenaturalizado ocupa lugar destacado, quer aceitemos a tese duma Civilização Romana fortemente individualizada, sempre encontraremos um totalitarismo estatal, duro, hermético, clinicamente tolerante, cujos cidadãos não eram mais que simples peças dessa gigantesca e terrível máquina. Sabemos como a própria conversão de Constantino teve como consequência colocar o cristianismo ao serviço do Império. Ocorre agora fazer a pergunta: que seria da Civilização Romana sem o fermento dinamizador do Cristianismo? Alguém escreveu que se não fosse o Cristianismo a Civilização Romana apenas se conheceria tal como as civilizações fenícia ou assíria, através das escavações arqueológicas. Sabemos por outro lado como a constituição jurídica do Estado Romano era indissociável da Paz Romana. Esta surge-nos como fruto de todo um sincretismo de vários elementos, e é a adaptação de todos estes elementos dos povos dominados à civilização romana que constitui a Romanidade, cujo agente aglutinador era a língua.

«Com o advento do Cristianismo, superado o totalitarismo pagão da Polis, o homem passa a constituir um valor autárquico em face da comunidade social, donde decorre no plano político-jurídico, que há uma concreta esfera de autonomia individual que não é lícito ao Estado suprimir ou ignorar» escreve o eminente constitucionista Professor Martinho Nobre de Melo. Vejamos agora um outro aporema que se prende com uma como que tentativa de fundamentação filosófica do Cristianismo. Sendo o Cristianismo uma típica forma de um existencialismo — um existencialismo omnilateralmente válido — ocorre perguntar: será conciliável a aceitação dum existencialismo cristão com uma dialéctica existencial (civilizacional, cultural, humana) de feição ou inspiração hegeliana? Creio que sim. O processo dialéctico hegeliano — Tese, Antítese, Síntese — (concepção triádica) cumpre-se e realiza-se sem colidir com a liberdade da pessoa humana, pois esta continua a determinar-se e a optar livremente na existência. Quase nos assombrosos e extasiamos com certos comportamentos e condutas existenciais que com talento e audácia intelectuais invulgares, souberam dentro da mais pura ortodoxia cristã, construir as suas existências com uma lucidez e uma consciencialização tais que com o rodar dos séculos se fizeram acrescentar, alargar e enriquecer com perspectivas novas e criadoras as suas ricas e multímodas personalidades. «*Ama et fac quod vis* — ama e faz o que quiseres, proclamava Santo Agostinho como que programando e anunciando todo um existencialismo de validade intemporal e perene.

«*Omnia tibi licita sunt praeter peccatum* — todas as coisas te são lícitas excepto o pecado; o aserto de S. Jerónimo, esse que substantiva o conteúdo da afirmação da «Águia de Hipona». Mas o genial Africano, o «Númda de Tagaste», lhe chamou alguém, singulariza e clarifica ainda mais o seu pensamento quando escreve: «*Diligite homines, interficite errores* — amai os homens, combatei os erros, quer dizer Agostinho talvez como nenhum outro Santo ou Doutor da Igreja, combateu com tamanha bravura e virilidade cristãs, as heresias e heterodoxias do seu tempo, soube sempre nesse combate estabelecer a destrição entre as doutrinas que combatia e os homens que as apregoavam e aceitavam, quantas vezes ávidos de verdade, defendendo ideologias que sabiam destinadas a serem superadas por uma verdade mais clara e mais racional mas que ainda não tinha surgido, ou pelo menos ainda não tinham encontrado.

Se realmente buscamos e procuramos um autêntico e válido humanismo capaz de nos preencher todos os hiatus e espaços vazios da existência, parece-me não haver necessidade de nos apropriarmos do dito de Terêncio e com ele tentarmos justificar e fundamentar todos os desvios, desmandos e disfunções que cometemos e praticamos na existência. Em Agostinho encontramos um amplo e dilatado humanismo capaz de responder a todas as nossas perguntas e inquietações, capaz mesmo de, desfeitas e vencidas estas, conduzir e levar o homem à definitiva superação existencial, e reflexa integração e inserção no Universo, em Deus.

Sempre que reflecto e medito toda esta aporética em que se enredou e prendeu o homem secularizado, surge ao meu espírito esta interrogação: não estaremos nós em presença de uma degenerescência racial, degenerescência capaz de abastardar e hibridar o Homem, transformando-o num monstro técnico, verdadeiro invertido mental, completamente extrovertido para a realidade exterior num deslumbramento, num enfiteísmo, quase num êxtase, autenticamente mórbidos e patológicos? Sinceramente que não sei. E, no entanto, como diz o Poeta, «é em nós que é tudo». Eu penso que possuindo «todo o Homem dentro de si a forma inteira da condição humana» como disse Montaigne não pode ficar alheio ou indiferente à aporética do seu tempo; do choque por vezes brutal e doloroso, com a realidade exterior que o circunda e envolve, resulta que o homem vai recortando e joeirando essa mesma realidade, em função do seu próprio pendão espontâneo e natural, da sua típica idiossincrasia que o leva a exercer a sua actividade mecânica ou criadora em determinado campo da humanidade. Ora verificamos efectivamente que «na literatura, na arte, na filosofia, o homem de hoje não crê em si nem nas suas enormes possibilidades». Na verdade «importa, todavia, mais do que verificar essa crise,

discutir a sua origem, os motivos do vazio que reina no coração humano». Se deslocarmos o fulcro do problema para o campo económico e sociológico, este toma e assume aspectos e incidências que talvez mereça a pena meditar. «O problema agrava-se», escreve o Prof. Cavaleiro de Ferreira, enquanto hoje em dia o homem só consegue defender a sua esfera privada, em múltiplos aspectos, desde que se deixe representar por grupos ou organizações colectivas de várias espécies. E estas desenvolvem autonomamente o próprio poder de maneira a constituírem essencialmente um perigo para a liberdade, idêntico àquele de que deveriam defendê-la». Apontando uma possível solução válida, escreve aquele Professor: «Importa combater o mito da equiparação ou integração da sociedade no Estado; deixar que a organização social se desenvolva apoiada directamente na iniciativa e responsabilidade individuais, sem as quais a sociedade e o indivíduo fenecem conjuntamente sob a pressão duma força colectiva que neles estanca a espontaneidade criadora».

Pessoalmente, apesar de tudo, sou dos que acredito no Homem do meu tempo, nas imensas virtualidades e potencialidades de que é portador; torna-se indispensável, urgente que esse imenso material represso se transforme em energia fecundante e criadora. Infelizmente há ainda muita gente que pensa que a crise do nosso século, é uma crise de intelectualidade. Se assim fosse, caberiam ao erudito, ao intelectual a redenção messiânica do Mundo. Ora todos sabemos e conhecemos a estrondosa falência do intelectualismo oco e vazio, sem lastro nem conteúdo válidos, que apregoando quase uma redenção do Homem, apenas consegue segregá-lo dos homens, anquilosando-o, mutilando-o na sua omnímoda personalidade.

Importava, como lúcida e genialmente visionou Unamuno, considerar antes o homem de carne e osso, aquele que nasce, sofre e morre — sobretudo o que morre — aquele que come e bebe e joga e dorme, e pensa e quer, o homem a quem vemos e ouvimos, o irmão, o verdadeiro irmão». Estávamos na presença dum concreto, conseguido e construído existencialismo, ainda que incipiente, nebuloso, difuso, perigosamente ambivalente.

Não tardam porém os corifeus, os epígonos do existencialismo: Sartre e a «Náusea», Kierkegaard e o «Desespero Humano», Jaspers e Heidegger, Gabriel Marcel e Peter Wust. «Cada um é o que é / e é difícil explicar a alguém quanto isso me alegrou / e quanto isso me basta / basta existir para se ser completo», deixou Fernando Pessoa quando «foi» Alberto Caeiro. Tenho para mim, que o existencialismo de Alberto Caeiro é efectivamente válido e positivo, carecendo porém da necessária consciencialização por parte de quem se propuser aceitá-lo ou tomá-lo. Mas quem aceita ou toma um existencialismo, um existencialismo conseguido e construído? Entretanto não deixamos de ser atrevidos e pretensiosos e até osamos candidatar-nos a um galardão e prémio internacionais...

Humberto Grande, o conhecido professor da Universidade do Rio Grande do Sul, no Brasil, espírito vulgarmente lúcido e sagaz, em um livro que intitula «As Diretrizes das Novas Gerações» escreve em certa altura: «As massas são inconscientes. O seu império é que trouxe a desordem, o caos e a confusão. As multidões não avançam no caminho do progresso, mas acompanham as classes cultas, quando estas se impelem a seguir adiante. A nossa época, em virtude destes factos, é dominada pelo inconsciente. Procede-se sem ver as consequências. Age-se por impulsos instintivos, pela coacção e até violência, e não por manifestações volitivas e intelectuais. Daí a soma enorme de conflitos. As grandes perturbações sociais são determinadas por paradoxos, loucuras, doutrinas caprichosas, que encontram adeptos aos milhares nesta era das massas. Presenciamos assim a tragédia duma civilização inconsciente. Atestam-na o pessimismo, o tecnicismo e o ateísmo já reinantes; e ainda mais, a inconsciência das multidões, que ameaçam destruir os alicerces da organização social, a inconsciência dos políticos que desorientados não sabem para onde conduzir a humanidade, a inconsciência dos capitalistas, que gerou a miséria social, e, enfim, a inconsciência das massas e das próprias classes cultas. A inconsciência da nossa civilização é patente. Nunca soube para onde ir. Viveu sempre desassossegada. Criou a máquina e a ela se escravizou. Libertou as multidões para se submeter ao seu arbitrário império. Constituiu, deste modo, uma civilização sem finalidade, mecânica e materialista, sem alma e sem Deus. A humanidade chegou, como é fácil de observar, à fase decisiva da sua história, que se traduz nesta alternativa: decadência

ou civilização, vida ou morte da cultura».

Inquieta, desorientada, muita gente se interroga: «Após o deluge?» Creio sinceramente que não. Continuo firmemente convicto de que a nossa época, tal como a Meia-Idade, é uma época verdadeiramente generosa, quer dizer uma época de gestação, de formação, da qual há-de voltar a sair a Nova-Idade, a Idade que ainda abscondida, e encoberta, há-de surgir preñe de luz e de esperanças tornadas certezas. Não a visionou e intuiu Fernando Pessoa, no «Quinto Império»: «...eras sobre eras se somem / no tempo que em eras vem / ser descontente / a ser homem / que as forças cegas se domem / pela visão que a alma tem. / E assim, passados os quatro / tempos do ser que sonhou / a terra será teatro / do dia claro, que no ato / da erma noite começou. / Grécia, Roma, Cristandade / Europa — os quatro se vão / para onde vai toda idade / quem vem viver a verdade / que morreu D. Sebastião?»

Dialécticamente há-de explicar-se a nossa individuação sem confrontos. E então no vértice surgirá, pesada e onusta, uma mensagem válida. Importa, parece-me, construir e hierarquizar uma tábua de valores segundo a qual nos possamos livre e consciencialmente conduzir e determinar. Qual há-de ser essa axiologia de valores perenes e intemporalis, capaz de nos orientar e guiar na nossa construção existencial? Parece-me que uma dinâmica cultural eminentemente nacional, e um cristianismo vivo, actuante, positivo, messiânica angustiado, capaz de preencher todos os hiatus e espaços vazios da existência conquistada.

Mas no nosso ensino universitário nota-se por uma forma verdadeiramente confrangedora, a carência de uma autêntica mentalidade docente universitária. Estagnados e anquilosados em um estúdio de pura erudição seca e livresca desprovida de qualquer conteúdo ou comunicabilidade humanas, os nossos professores universitários mostram-se incapazes de superar esse estúdio, e de transmitir uma viva e dinâmica cultura. Por isso, inutilizam e deformam milhares de inteligências e corações juvenis que abandonam a Universidade sem Cultura, sem Ideal, ia a dizer sem Alma. Equacionado assim o problema, apenas uma ampla e vasta reforma das estruturas poderá fornecer uma solução, não direi de início válida, mas pelo menos promissora e esperançosa. Entendo que o Homem deve, tanto quanto possível, e à falta de um melhor arrimo, construir-se a si próprio, habituando-se ao risco e à aventura e por isso mesmo às consequências e responsabilidades que lhes são inerentes.

Reporto-me ao plano individual. No plano colectivo — e este surge também fatal e inexorável — deve-se tanto quanto possível tender para uma diferenciação psicológica e caracterológica que possibilite e propicie da parte do educador um conhecimento profundo e completo da personalidade do educando. É este, segundo penso, o ponto de vista de Alvaro Ribeiro, no seu livro «Escola Formal», do qual partilho e aprovo. Escreve aquele Mestre e pensador: «Seja qual for o destino da humanidade prescrito ou descrito pelas doutrinas religiosas, seja de prever a reintegração das raças, dos povos e das nações no plano da fraternidade universal, certo é que, enquanto durarem os processos da existência no Mundo, teremos de reconhecer nas sociedades étnica e historicamente diferenciadas uma resistência anímica aos prematuros, ainda que subítis, processos de absorção. Um espírito autónomo, inspira ao povo o desejo de perverser em estado de independência política, porque só nessa liberdade lhe será possível acertar e assinar compromissos de carácter internacional. Como que a completar o seu pensamento, aquele filósofo conclui: «O estudo da história deve servir de confirmação documental e monumental dessa verdade atingida pelos homens superiores cujos processos mentais se integram no quadro da intuição. A história prova assim a existência dum Espírito que convém educar, para que se manifesta gloriosamente em actos de culto, cultura e civilização. Dar vida a esse espírito é mais do que um ministério, é verdadeiramente um magistério, porque só um mestre sabe, pode e quer realizar verdadeiramente a obra de educação nacional.»

Tenho para mim que nenhum espírito lúcido e inteligente do nosso século, afirma já que a Idade Média foi época de obscurantismo e de atraso civilizacional e cultural. Na verdade, foi na Idade Média que teve lugar a incubação e gestação que proporcionou o surto de renovação mental que caracterizou o Renascimento; mas não é este o aspecto que, a meu ver, merece maior realce e significação; distinguo sobretudo o espírito comunitário, gregário que caracterizou o

viver da gente da Meia-Idade, dentro de quadros sociais verdadeiros e com uma hierarquia social autêntica, em que o mais Santo, era simultaneamente o mais Sábio e o mais Culto. Desbaratada e destruída esta hierarquia de valores, verdadeira e autêntica, que o magistério da Igreja assegurava e garantia, eis que irrompe, violenta e impetuosa, essa mole imensa, anónima e amorfa, gritando ameaçadora os seus direitos: «Nós temos o direito de ser homens». Era realmente também uma «nova vaga» mas esta não de tristes cadáveres ambulantes alaiivamente optimistas como a actual: era uma «nova vaga» mas esta com um verniz, um «spleen» arrogantes e pretensiosos que não olhou a meios para atingir os seus sinistros e maquiavélicos objectivos: o tripúdio, o dolo, o esbulho, o roubo, o crime. «Todavia, D. Quixote ouve o seu próprio riso, ouve o riso divino, e como não é pessimista, como crê na vida eterna, importa que se bata, arremetendo contra a ortodoxia inquisitorial científica moderna, para trazer uma nova e impossível Idade Média, dualista, contraditória, apaixonada. A maneira de um novo Savonarola, Quixote italiano dos fins do século XV, combate contra esta Idade Moderna, que foi inaugurada por Maquiavel e que terminará cômica-mente. Bate-se contra o racionalismo herdado do século XVIII. A paz da consciência, a conciliação entre a razão e a fé, graças a Deus providente, não é possível. O mundo tem que ser como D. Quixote quer, e as estalagens têm de ser castelos, e lutarão com ele, e será aparentemente vencido, vencendo ele, fazendo-se, porém, ridículo. E vencerá, rindo-se de si mesmo, e fazendo rir», escreveu Unamuno na parte final do seu livro «Sentimento Trágico da Vida», que intitulou «D. Quixote na tragicomédia europeia contemporânea». Em outra passagem escreve o sábio mestre de Salamanca: «E neste século crítico, D. Quixote que também se deixou contaminar de criticismo, deve arremeter contra si mesmo, vítima de intelectualismo e de sentimentalismo, parecendo mais afectado, quando mais espontaneamente quer ser. E pretende o pobre racionalizar o irracional ou desracionalizar o racional. E cai no desespero, íntimo do século crítico, do qual foram principais vítimas um Nietzsche e um Tolstói.» Não sei, mas parece-me estarmos assistindo a um agigantamento oriental que sem «querer no meio-dia do facto científico» (a frase é de Unamuno) como o Ocidente, acredita fanáticamente em si próprio, crença esta que lhe tem acarretado êxitos e vantagens maiores e mais duradouros do que o Ocidente ávido de clareza, e impaciente em face do Mistério. «Ex Oriente lux». O «slogan» para nossa desdita parece cada vez mais verdadeiro, ameaçando destruir e subverter inexoravelmente os pueris e ridículos fogos de artifício de uma Europa decrépita e senil. O resto... Parece-me que o dilema está posto: ou tomamos e aceitamos a axiologia dos valores medievos com a indispensável actualização e adaptação ao século em que vivemos, conforme propugnamos e defendemos alguns filósofos e pensadores hodiernos como Mercier, Monsenhor Noel e outros, ou aguardarmos, impotentes e passivos, que a Técnica e o Progresso da Era atómica a todos no subverta, destrua e aniquile.

Importa concluir. Neste ano de graça de 1960, em que o País inteiro comemora jubilosamente em maré alta de sadio e alevantado lusitanismo, o V Centenário da Morte do Infante de Sagres, façamos todos uma promessa, eu ia a dizer um juramento solene: em sincronização, em uníssono com o «nosso grande épico futurista» entoejmos esta sua «Prece»: «Senhor, a noite veio e a alma é vil / tanta foi a tormenta e a vontade! / Restam-nos hoje no silêncio hostil / o mar universal e a saudade. // Mas a chama, que a vida em nós criou, / se ainda há vida não é finda / o frio morto em cinzas a ocultou: // A Mão do vento pode erguê-la ainda // Dá o sopra — ou a desgraça ou ansia — / com que a chama do esforço se remova / e outra vez conquistemos a Distância — / do mar ou outra, mas que seja nossa!»

Aqueles realidades-sonho, Vieira e o Quinto Império, Pascoais e a Saudade, Pessoa e o Encoberto, juntos esta outra: o Infante e o Promontório Sacro. Como disse António Quadros «criámos e impusemos na civilização ocidental o arquétipo da «viagem», da «ida» que foi a segunda e última divisa do Infante. Triste Pátria seríamos se apenas vivéssemos para nos administrarmos». Por entre a cerração que teimosamente nos envolve, caminhemos todos: lúcidos, sonâmbulos, místicos e realistas, loucos e medíocres. «... Não sei a hora, mas sei que há hora / demore-a Deus, chame-lhe a alma embora / Mistério / surges ao sol em mim, e a névoa finda; / a mesma, e trazes o pendão ainda / do Império.»

# SAUDOSISMO REPUBLICANO DE TEIXEIRA DE PASCOAES

É João Ferreira, O.F.M., que divide o saudosismo de Pascoaes (um tanto na esteira de António de Magalhães, S. J.) em vários compartimentos: saudosismo lusitano (a envolver o sentido de messianismo político), saudosismo ontológico ou cósmico, saudosismo metafísico e saudosismo religioso. Creio, contudo, que mais formas de saudosismo poderíamos detectar, pois em relação à infância de Pascoaes, infância na qual o poeta radica a prefiguração de toda a sua personalidade futura, o que nos revela o momento dramático em que o homem toma, por intermédio da acção de outrem, consciência da sua finitude física, poderíamos descobrir um saudosismo da infância que me não parece possível englobar em qualquer das divisões citadas, pois, se é o motor de alguns pontos fundamentais da posição poética de Pascoaes, é, todavia, anterior à sua visão do mundo. E, por outro lado, fácil nos seria recorrer a um saudosismo histórico, base mesma da História Transcendente, que forma o miolo de «Os Poetas Lusíadas». Não importa, por agora, alargar o nosso exame a outras fronteiras, pois o que pretendemos abordar aqui é o saudosismo republicano de Pascoaes, que na aparência poderia caber dentro do capítulo do messianismo político se, porventura, esta expressão se não apresentasse despojada de uma desinência fundamental, que faz do saudosismo Republicano uma tentativa de acção política, que Pascoaes viria a abandonar, para mais fundamentalmente radicar a sua subjectividade na região do Tâmega, onde a temporalidade se estruturava sobre as sobrevivências do passado que, quase inteiramente, se optam a uma temporalidade racionalizada, isto é, agindo por caderno de encargos, se assim o quisermos — com talvez evitável facilidade — dizer.

Efectivamente a «Águia» surge para fornecer à República proclamada em 5 de Outubro de 1910, um suporte espiritual e Pascoaes, no primeiro número da primeira série, publica um artigo intitulado «Os lavradores caseiros» em que afirma, com a maior objectividade, que os lavradores «são a parte mais esquecida do nosso Povo, porque vivem longe do mundo onde se luta e pensa, em perfeita noite medieval, povoada de bruxas e fantasmas e de todas as superstições católicas que os padres, estreitos e broncos, lhes injectam na alma, como se injecta um veneno — nessa alma que, a nu e a limpo, é aquela Alma excepcional, instintivamente naturalista e mística, que criou a Saudade, promessa duma nova Civilização Lusitana». Este artigo, um dos mais significativos da época em que Pascoaes interveio na vida pública, é, afinal, uma das consequências mais radicais do seu conhecimento da vida do homem da sua região, de um homem que, dominado pelo medo, isto é, pelo receio à transcendência considerada como uma força temível, vive premido por uma natureza que, para Pascoaes, era a fonte mais antiga e considerável do próprio espírito lusitano. Tal como Heraclito, Pascoaes considera que o homem não tem razão, pois ela pertence, por inteiro ao meio ambiente. Já em «Sempre» (primeira edição em 1898), a situação do camponês aparece descrita com implacável rigor: ó pobres campone-

Por  
ALFREDO MARGARIDO

ses, / durante os negros meses! / Choupanas a cair, desconjuntadas telhas, / deixando trespassar o zimbório e o vento, / Ó faltas de trabalho! Inverno; Isolamento! / E a terrível secura, pelo estio, / quando mostra o esqueleto, em pedra e areia, o rio; / e na febre infernal, acesa, que as consome, / as fontes pingam lágrimas de dor; / gotas de sangue esvaído, já sem cor, / e mugem os bois com fome. / Baldios despovoados de arvoredos, / Terras de Portugal que dão rochedos, / a urge, a inveja, o ódio e... pouco mais... / Ressequidos e lividos maninhos, / onde pastam rebanhos espectrais; situação que, mais de cinquenta anos depois volta a inquietar a pena do poeta («Últimos versos», 1955): E, pela estrada, passam / camiões carregados de pinheiros, / belos automóveis com ninguém. / E, nos dias de feira, / juntas de bois sagrados, / bezerras de presépio, / e vacas maternais... / E mulheres com hácoros, ao colo, / e pequeninos filhos, atrás delas. / E velhos arrastando / os pés, e raparigas / trilhando o ar, vestidas de ar. / E crianças / com molhos de achas à cabeça; / e com molhos enormes de caruma / idosas bruxas do Zinguelho. / E outras que representam / encarnações sinistras da estiagem. / Levam, ao ombro, engaos reduzidos / a cabos de vassoura, / e às queixadas de pau, tão erriçadas / de férreos dentes! / Rapam os montes, / todos os dias. / Não nos roendo, até que deles liquem / areia e pedras. São, na verdade, um tanto longas as transcrições, mas destinam-se elas a mostrar como um mesmo espírito de adesão aos agravados se manteve permanentemente alerta na obra de Pascoaes. Se, em algum momento, se mostrou mais inclinado a prezar o verbo aristocrático de Camões, onde vivia o Herói, logo nos previne (em «Santo Agostinho», 1945) contra os extremos ou indivíduos exagerados, propugnando o regresso à multidão dos agravados, que mestre Gil Vicente descreveu com tamanha exactidão. É em relação a este espírito que o saudosismo republicano se estrutura, ainda que lhe falte, em mais de um passo, autêntica consciência política. Em todo o caso, Pascoaes pretende a todo o transe, defender a República, o momento épico do 5 de Outubro, que só pode apotar-se no povo: Como o Portugal de D. João I, o de 1640, o de 1810, o Portugal republicano só pode e deve contar com o Povo e o Povo rural e agrícola, a quem a terra oferece a sua mão de Noiva fecunda, depois de educado e libertado, será a base indestrutível duma Democracia rústica e campestre, que há-de dar a sua flor espiritual e eterna, sob a invocação de Pan e de Jesus (A Águia, n.º 1, 1.ª série, 1 de Dezembro de 1910). Não estamos ainda perante o Saudosismo republicano que, no entanto, nos surge já em 1912, na conferência que Pascoaes pronunciou no Ateneu Comercial do Porto, na noite de 23 de Maio: Por isso, não fiz mais do que, em breves palavras, dizer o que é o nosso espírito, na sua vida original e criadora, dum alto critério religioso e filosófico, a que se deve subordinar completamente a obra

social e política da República. E que espírito é esse? E que criação máxima é a sua? As respostas surgem obviamente com as expressões espírito lusitano e saudade. Por isso o povo português, ao dar corpo e vida à Saudade, abre uma nova perspectiva a toda a Europa e, naturalmente, a todo o mundo, pois o que está em marcha é uma nova civilização. De certo modo Pascoaes coincide, pelo menos, com o Fernando Pessoa que presagia o super-Camões a haver e que será, como é evidente, a consequência amplamente desdobrada de uma nova consciência nacional. Por isso o povo português deve ser posto em condições de cumprir a alta missão que no mundo lhe cabe. O problema do ensino, o problema da educação nacional, são abordados num plano de realização imediata, na sequência de uma doutrinação republicana intensiva, que podemos acompanhar em toda a imprensa da época e, ainda, no «Manual político do cidadão português», de Trindade Coelho, que exerceu uma forte influência no espírito da época.

Mas é sobre a Saudade que assenta toda a doutrinação pascoaliana: o Povo Português, criando a Saudade, que é o Desejo e a Dor, que é Venus e Maria, o Espírito semita e o Corpo ária, viveu a própria Renascença, a qual encontrou, portanto, na alma da nossa Raça, a sua expressão vivente e espontânea, a sua força viva que, posta, de novo, em movimento, criará uma nova Civilização. O espírito lusitano abrirá na História uma nova Era. No âmbito da mesma conferência Pascoaes frisa, contudo, que tal movimento depende, de modo total, da defesa das instituições republicanas: É absolutamente preciso que a esperança que nos deu o 5 de Outubro, não morra; e, para isso, é absolutamente preciso que a nossa República seja uma República Portuguesa e não uma república afrancesada, como o Constitucionalismo. Num outro texto, significativamente intitulado «A Era Lusitana» (1914), Pascoaes continua a sua pregação, mostrando que os portugueses necessitam, portanto, de comungar a alma lusitana, camoneana, popular, que encerra, na sua essência de saudade, um alto e original sentido da Vida e do Universo, susceptível de se converter em nova Civilização. Contudo a sua prevenção vai mais longe, pois se dirige ao sentido materialista para o condenar, mostrando que o espírito lusitano depende, sobretudo, da Esperança que, na acção, se transforma em Saudade (e devemos, então, acentuar que a Saudade se estrutura tanto no passado da infância — o que significa o regresso ao paraíso, ou à idade de ouro, como algumas vezes Pascoaes acentua —, como no futuro, o que nos entrega uma apetência do wonderland); não basta a ciência, o comércio, a indústria, a agricultura; é necessário o Sonho, porque só ele é anunciador e criador. É a este último escopo que a República se prende, pois é, a um tempo, a acção e o sonho, o que agrada sobremaneira ao espírito de Pascoaes que, dicotómico como sempre, tenta congruar os contrários para atingir um ponto do espírito em que a transcendência perca a sua temibilidade, e o medo possa, finalmente, desaparecer substituído pela angústia.



## Seja moderno, faça férias de Inverno!

Na Suíça as pacatas aldeias de montanha despertam do seu curto sono outonal, tornando-se em breve o ponto de reunião dos que conhecem e apreciam o encanto do Inverno nos Alpes.

Porque não vai passar uma temporada de férias alegres e des preocupadas numa das muitas estâncias de Inverno da Suíça?

Já pensou que agradável seria contemplar o deslumbrante panorama dos Alpes, confortavelmente sentado no terraço dum café ao ar livre e deixando-se bronzear pelo sol das altitudes? Assistir a um dos célebres campeonatos desportivos que se realizam nos centros de desporto de Inverno, ou ainda aprender o ski, se para isso tiver inclinação?

Duma coisa pode ficar certo: as suas férias de Inverno na Suíça contarão entre as melhores recordações da sua vida.

Informações: Centro Nacional Suíço do Turismo  
Av. da Liberdade, 158-A, Lisboa, e Agências de Viagens.

Sol, Neve e Boa Disposição  
eis o Inverno na **Suíça!**

## HOTEL AMERICANO

- Totalmente Remodelado
- Ar condicionado
- Telefone em todos os quartos
- Quartos com banho e sala
- Ambiente confortável e familiar

R. 1.º DE DEZEMBRO, 73 — TEL.: 20975-27519 — END. TEL. AMERIOTEL — LISBOA

### BIBLIOGRAFIA

TEIXEIRA DE PASCOAES — «Sempre».  
Idem, «Regresso ao Paraíso».  
Idem, «O Génio português na sua expressão filosófica, poética e religiosa».  
Idem, «A Era Lusitana».  
Idem, «Arte de ser português».  
Idem, «Os poetas Lusíadas».  
Idem, «Conferência».  
Idem, «A nossa fome».  
Idem, «Santo Agostinho».  
Idem, «Últimos versos».  
FERNANDO PESSOA — «A nova poesia portuguesa».

ANTONIO DE MAGALHÃES, S. J. — «Metafísica e Saudade».  
JOÃO FERREIRA, O. F. M. — «A Saudade e o saudosismo».  
LEONARDO COIMBRA — «Prefácio à tradução espanhola de Regresso ao Paraíso».  
TRINDADE COELHO — «O Manual Político do Cidadão Português».  
JOAQUIM DE CARVALHO — «Problema da Saudade».  
F. DA CUNHA LEÃO — «O Enigma Português».  
JACINTO DO PRADO COELHO — «A Poesia de Teixeira de Pascoaes».  
SANT'ANA DIONÍSIO — «O Poeta, essa ave metafísica».

A Nação espera pacientemente pela anunciada e prometida reforma do funcionalismo público, e aguarda que as comissões nomeadas para a simplificação das formalidades burocráticas ultimem os seus estudos e trabalhos. Queremos dizer que o problema não está esquecido, porque é daqueles que não podem esquecer. Todos os dias há casos de injustiças, injúrias e humilhações, fora e dentro das repartições públicas, que obrigam a lembrar a palavra dada pelo Governo da República aos órgãos formativos e informativos da opinião nacional.

O cidadão contribuinte mostra-se irritado e desesperado todas as vezes que lhe exigem mais uma comparação em determinada repartição pública ou mais um certificado de qualquer ordem, convencido de que todas as precauções necessárias para a segurança do Estado deveriam ser pelo próprio Estado resolvidas oficiosamente, sem lacônimos nem encargos para os particulares. Se o Estado desconfia, se o Estado é mesquinho e metucioso, se o Estado tem medo da fraude, investigue então pelos seus serviços privativos a verdade das declarações prestadas, e proceda sem humilhação, injúria ou ofensa para quem requer o exercício dos seus legítimos direitos. Depois o tempo perdido na recolha dos documentos tidos por indispensáveis à instrução do processo, e o tempo perdido à espera de que o requerimento vá sendo registado e carimbado de secção para secção, e de repartição para repartição, segundo os trâmites cada vez mais numerosos e mais morosos dos regulamentos burocráticos, representa-se na paralisação dos veículos à hora em que são mais concorridas as vias públicas, na paralisação do trânsito, expressão sinónima da imobilidade, e, portanto, do Estado.

Estar, O respeitável público vai observando, através dos postigos ou por cima dos balcões, nos corredores de espera ou nos salões de porta aberta, que o funcionalismo civil passa gradualmente a ser confiado a mulheres — mulheres solteiras, casadas ou viúvas —, mas habilitadas com os cursos ou concursos exigidos para a admissão nos quadros. Estranha-se que, não sendo impugnado o direito de o Estado preferir pessoal do sexo masculino para as funções públicas, tanto as civis como as militares, continuem os burocratas redactores dos avisos de concursos a convidar requerentes de ambos os sexos, quando sabem de sobejo que a partir de tal postulado se deduz necessariamente a atracção das mulheres, a admissão da maioria de mulheres. Por simples bom senso ou por leve reflexão se entenderia que, só no caso de não se apresentarem homens ao primeiro concurso, seria lícito admitir a hipótese de convidar mulheres solteiras a preencherem as vagas. Se assim não tem procedido o Estado português, levanta-se a fundamentada e infundamentada suspeita de que existe, efectivamente, o sério propósito de atrair as mulheres solteiras, casadas ou viúvas ao exercício das funções públicas.

As consequências desta invasão das repartições públicas por pessoal do sexo feminino — como, por exemplo, o acréscimo das precauções mesquinhas e das formalidades burocráticas —, deveriam ter sido previstas por intuição de longo alcance. Tal não aconteceu, porém, no primeiro quartal deste século. Só agora, depois de chamadas à vida política mais duas ou três gerações, vão sendo observados os efeitos clamantes e alarmantes da doutrina liberal sobreposta sobre o preconceito da igualdade dos sexos. Vai aumentando, de ano para ano, o número das mulheres que pretendem viver fora do lar, e que requerem emprego permanente nos escritórios comerciais, nas secretarias dos organismos corporativos e nas repartições públicas. Querem passar as horas úteis do dia ao lado de homens que não são seus pais, irmãos, maridos ou filhos, almoçar com eles no intervalo dos dois períodos de trabalho, conversar e conviver. A família, no caso de pensar-se em família, esperará pelas horas da noite ou pelos domingos. Os parentes deixam de se conhecer uns aos outros, desinteressam-se mutuamente, desagregam-se...

Assim, o convívio de homens e mulheres nos mesmos ambientes de trabalho se manifesta tendenciosamente imoral. É certo que uma regulamentação rigorosa seguida de sanções terribles, pretende evitar actos e factos condenáveis, mas a contaminação perturbante torna-se mais diluída e subtil em palavras e em pensamentos, quando não desce às zonas menos exploradas do inconsciente. Forma-se, sem ninguém querer, uma mentalidade contrária à vida espiritual e sentimental da família, tanto no aspecto da fidelidade conjugal como no da verdadeira educação dos filhos. No convívio forçado de colegas de trabalho gera-se, entre homens e mulheres, um entendimento ou uma inteligência que não pode haver entre cônjuges separados durante as horas do dia. Esta verdade conduz ao preconceito, tantas vezes proclamado e defendido na doutrina sobre a legislação da família, de que a mulher casada não deve trabalhar em emprego fora do lar. A vocação profissional representa, nas mulheres, uma prematura desistência ou uma tardia desilusão da vocação conjugal.

Quando foi na Assembleia Nacional discutido este problema, que é sem dúvida um dos mais graves e mais sérios, houve um deputado que anotou ser conveniente rever o conceito da função pública. Efectivamente, as subversões políticas do princípio deste século permitiram a entrada de elementos menos qualificadas para o serviço da Pátria e a legalização de factos consumados. Em princípio só deveria ser considerado funcionário público, para efeitos honrosos e proveitosos, aquele que dedicasse toda a vida às carreiras do Estado, a primeira das quais é a das armas. Tal critério excluiria, evidentemente, as mulheres, cuja vocação normal, natural e sobrenatural é a maternidade. Dar a designação de funcionário público a qualquer empregado ou fornecedor do Estado, nomeadamente aqueles que trabalham a título provisório em tarefas mal remuneradas, e em especial os contínuos ou serventes, não é mais do que levar um raciocínio igualitário até à máxima degradação das qualidades. Uma definição clara do funcionalismo público delimitará as competências. A Nação aguarda, pacientemente, que sejam pelo Governo resolvidos os problemas enunciados há mais de três anos nos sucessivos números do 57.

## A FORISMOS

(Continuação da pág. 3)

48

O esquecimento é indispensável a toda a acção.

49

A criação incessante é a consciencialização absoluta do inconsciente mortal — mais inconsciente quanto mais consciente é.

50

Pensar a mutação da tua personalidade, poderás pensá-la positivamente ou negativamente. Negativamente, quando o espírito não transitando para o reconhecimento de si mesmo, através do exercício do intelecto que pense todas as determinações do universal, e que pensando realiza o espírito como um absoluto. — a si enquanto inconsciente mortal tem regresso, e retorna anulando na plenitude de nada qualquer personalidade diferenciada e particular.

Positivamente, se transitando enfim, o espírito se termina como tal, e no absoluto de si passa de criador a criado, enquanto causa de qualquer movimento; e apenas deduzido de si mesmo e da relação que consigo mesmo tem enquanto ser incréio e imutável.

Mas o regresso à inconsciência materna é o retorno à matéria, tal como ela é, imane e eternal. Por isso o trânsito do ser que de si mesmo constrói o espírito, através da construção de todos os mundos, consiste em pensar a matéria, por meio da adequação do intelecto à razão movente desse movimento universal que é a razão paradoxal que há dentro de toda a irracionalidade do ser.

LUIZ ZUZARTE

## O ENIGMA PORTUGUÊS, SUA DEDUÇÃO CRONOLÓGICA E FILOSOFIA ESCOLÁSTICA

Este notado, notável e oportuno opúsculo de Alvaro Ribeiro, editado pelo Tempo Presente, veio de novo suscitar-nos a reflexão sobre a recente actividade dos intelectuais portugueses quanto à complexa questão, já debatida aliás nos colóquios do Largo do Mitelo, que existe permanentemente, premente e latente em todas as almas, no que diz respeito à augusta relação das razões com a fé.

Infelizmente, salvo raras excepções admiráveis, somos obrigados a notar que muitos de entre nós, escritores, com notável desconhecimento ainda da elemental psicologia e das leis da biologia, declaramos, pública ou particularmente, a fé como faculdade volitiva, cuja força aumenta, como sabemos, pelo agrupamento numeroso de aderentes convictos na mesma crença. Efectivamente a tendência a confundir o que é de fé com o que é de dogmática, transforma os fiéis em crentes e os crentes em partidários de uma facção que, por dividir, separa e nega o movimento universal, antropológico e cosmológico que a doutrina católica vislumbra na sua gramática de símbolos, a qual atinge o esplendor do inesfável na arquitectura das igrejas manuelinas.

Esqueçamos que fé vem de luz — *liat lux* — que é vindo para crer que se processa o admirável movimento da razão criadora. Decaída, a razão crente prevê, mas não vê, e por isso, sujeita está aos males das superstições, consentâneos contudo com as mais diversas crenças. Bem certo é que (a história narra-o e a Bíblia ensina-o), a medida da cadência das religiões em superstições, marca o compasso segundo o qual degenera a electiva doutrina em sistema selectivo, a vigilância amante em perturbadora policia inquisitorial que transforme os segredos próprios de cada alma ansiosa de luz, em conscienciosos problemas sociais, e que pretende racionar o alimento dos espíritos famintos de verdade, impedindo por métodos que chegam à violência, a meditação dos mistérios do rosário. Os agrupamentos electivos deram lugar às corporações separadoras, cujos emblemas metálicos notam a frieza das forças crudelíssimas que os unem na uniformidade disformante.

Talvez por que, em português, o verbo crer se assimila eufónica e facilmente ao verbo querer, o que se traduz no uso, tão corrente que nos dispensa de mais extensa demonstração, da frase cantada, de índole visivelmente protestante «Queremos Deus», em vez da perífrase com que abre a bela oração que é o Credo, por isso talvez, dizíamos, muitos intelectuais se declaram católicos e todos respeitam o catolicismo. Não acontecia isto em 1910, nem mesmo em 1940. Verifica-se assim um abuso de solidarizar com o catolicismo certas teses literárias, políticas e filosóficas que lhe não são intrínsecas e que podem comprometer com o erro, o futuro da vida religiosa. Destriçar o que é de fé e de dogmática, para impedir a intrusão de teses peregrinas, estranhas ou estrangeiras, é tentativa que já se vai esboçando entre nós, com agrado das mais novas gerações, as quais estão isentas das responsabilidades tanto da política anticatólica como da política clerical.

Neste quadro interpretamos o opúsculo de Alvaro Ribeiro, intitulado

«Filosofia Escolástica e dedução cronológica».

Anteriormente, no começo deste artigo, intencionalmente classificámos de complexa a questão que diz respeito ao movimento das razões. É notável que este opúsculo, entre outros méritos que tem, descreva em dedução cronológica, isto é, na manifestação do ser relativamente às condições de tempo e de espaço, o lento e gradual processo que levou a humanidade à região fronteira da loucura, pela teima que se impoz em discernir o que do domínio da razão julga e o que ao domínio da fé pertença. Dado que a razão e a fé são modos de falar ou de fabular o inesfável, isto é, faculdades anímicas que situamos no limiar do invisível, achamos absurdo e até impossível que haja a efectivação de tal tentativa de discernimento. Mas compreendemos que alguém haja que o pretenda, agindo por impulso de seus intermediários ou agentes, humanos ou deshumanos. Nesta civilização que se acredita superior, mas que não se crê como tal, a confusão propiciante, que no jogo está simbolizada pelo baralhar das cartas, introduz no seio da humana sociedade a serpente ambivalente, reduz as diferenças de idade à contagem monocórdica e uniforme e produz a neutralidade perigosa entre os sexos. É sabido por todos nós, como a alma é sexuada, e que à diferença física corresponde a real distinção psíquica; também sabemos como a educação se processa do ser inválido para o ser válido, na medida em que aquele o imita sob persuasão e concebe razoavelmente os padrões que lhe são indicados ou indicados. A ilusão deste mundo desaparece como abstracção logo que haja a adequação do pensar com o agir, isto é, quando atingimos aquela íntima concepção que nos permite correlacionar os fenómenos com os nóménos. A alma capaz de secundidade não crê na dedução cronológica que historia a aparente separação e ilusória irreductibilidade das faculdades psíquicas, confundindo, por erro substantivo, o discernir lógico com a distinção ontológica, ao mesmo tempo que prepara por abstracções demastado intencionais, para que se não suspeite de uma actividade negatiz da vida eterna, a confusão dos sexos. O ambíguo acatamento ou aceitação do andrógino inicial, lembra-nos aqueles pseudo-pensadores que, com medo de errarem ou de se perderem, se reportam insistentemente ao passado, manifestando pelo que traduzem por saudade, não a imitação do modelo superior, mas o retorno ao ciclo inicial, servindo-se para isso não só de Pascoais como até mesmo da Bíblia, o que é digno de censura quando não de desdém. Não podemos deixar de sorrir, ao verificar que a aspiração ansiosa ao ideal andrógino, anterior ao sonho de Adão nos é dada pelos homens que não concebem as mulheres como seres vegetais, muito embora saibamos, como é da experiência do vulgo, que a jardinagem é arte de iniciação muito difícil.

É pena, acrescentemos, que um autor português, um homem, tenha que lembrar, em artigo ou livro, aos outros homens, o valor das virtudes cardeais ou masculinas: se delas derivam, com efeito, o poupar e proteger o fraco, não são de algum molde

ou por qualquer via, a renúncia ao que hoje, absurda senão estupidamente, se classifica de bárbaro e selvático. A coragem, a prudência, a fortaleza e a temperança, com efeito, sempre demonstraram na diversidade dos temperamentos, mais do que a erudição feminina e a argumentação astuta e animalasca, o superior poder másculo que dá ao homem o racinar inteligente.

Sempre a filosofia portuguesa, como sabemos, teve uma visão própria do catolicismo, que se distingue perfeitamente da visão castelhana e da visão galiana. O leitor que de-sejar mais longa informação sobre tão seca afirmação, pode consultar com proveito a «História da Igreja em Portugal», escrita por Fortunato de Almeida. Mais curioso ainda é notar, no panorama mais recente, as nascentes das correntes interpretativas do nosso catolicismo, desde a filosofia brunina até à filosofia leonardina, e desde a filosofia leonardina até à filosofia alvarina. Este último aspecto, foi ainda recentemente tratado pelo nosso colaborador José Valle de Figueiredo, num artigo intitulado Política e Arquitectura de Santíssima Trindade, publicado no «Diário da Manhã» de 12 de Novembro do ano corrente.

Lamentável é que a revista «Filosofia», editada sob a responsabilidade da Mocidade Portuguesa, haja publicado uma nota infeliz. É uma nota infeliz sobre esta separata do «Tempo Presente». O recensor parece não ter querido estudar as teses de Alvaro Ribeiro, ou então, deduzindo, concluímos, em virtude de certos fenómenos comuns a outros, que quis manifestar a geral inveja perante o talento com que Deus agraciou o autor do «Problema da Filosofia Portuguesa».

Resumindo a tese, ao leitor cansado e por isso, talvez, incapacitado de concluir, achamos nós, com a devida vénia, que a tese de fundo de todo este trabalho, embora pareça absurdo ou inconsequente com a extensa apreensão demorada, a tese de fundamento, dizíamos, é a existência e a sobrevivência de todo o aristotelismo árabe. Em consequência admirável e imitante, os povos peninsulares e mediterrânicos, e os povos da invasão de cultura árabe, estão em condições de promover o cristianismo e o catolicismo, a um estágio superior àquele que reside nos povos que não beneficiam dessa cultura e sofreram as invasões oriento-germânicas.

★

O contraste do opúsculo de Alvaro Ribeiro com o grosso volume de Cunha Leão, suscita-nos várias reflexões que nos permitem a transição da obra valorosa para a análise da obra valente. Os seguidores cansados, mas persistentes, de um monarquismo extremo, auferem sem dúvida, na tese patriótica de Francisco de Cunha Leão, apresentada em duas partes — «Castela e as Orlas Marítimas» e «Portugal, periferia irreductível» — e desenvolvida através de doze capítulos, dos quais destacamos «Unidade geo-política da Meseta Ibérica», «A diferenciação psicológica» e «Saudade e Acção», os monarquistas, dizíamos auferem mais amplo e salutar alimento do que até agora, pois se limitavam, sem convicção ou sem vontade, a tomar na mesa que António Sardinha



há 40 anos dispusera com racio-  
nante intenção.

Efectivamente, ao efeminado acor-  
do que supõe a superioridade do  
propositor, substitui-se com vanta-  
gem a tese do autor do «Enigma  
Português», segundo o qual este se  
resolvia pela contradição entre Cas-  
tela e Portugal, numa irreductibilidade  
expressa em binário das forças con-  
traditórias que, no limite, irrompem  
irresistivelmente, explicando a nossa  
existência, a nossa história e até a  
nossa sobrevivência. Amplamente  
documentado, o autor evidencia o  
paralelo existente entre Castela e a  
Prússia, no esforço unificante de um  
lado da Europa e de outro da Pen-  
ínsula. Mais uma vez, um autor  
de portuguesa origem, de naciona-  
lidade sincera, por tese ou posição  
negativa, aponta directamente o  
rumo original do português, muito  
embora pareça duvidar da univer-  
sidade dos descobrimentos. Efecti-  
vamente, o autor, que proveio do  
Integralismo Lusitano, fundamenta  
a sua tese no livro «Aliança Penin-  
sular» de António Sardiña, funda-  
mentalmente, mas promove-a a outras  
inferências nacionalistas, sem atin-  
gir o sentido universalista da catol-  
icidade.

O nosso ponto de vista nega, por-  
rém, a irreductibilidade a que con-  
duzem todos os nacionalismos que  
embora bem intencionados, são  
cegos a mais alta visão. Se nos for  
lícita aliás, a ousadia de interpreta-  
ção, poderemos até dizer que se in-  
ferir da leitura do autor da Filosofia  
e dedução cronológica que, se Portu-  
gal nunca pôde nem pode ser assi-  
milado por Castela, já a inversa não  
é verdadeira, o que se explica tam-  
bém pelo modo como a cultura por-  
tuguesa sepultou o arabismo, que  
permaneceu em Espanha por muitos  
séculos.

A concluir diremos que o livro,  
manchado de gralhas, como é aliaz  
próprio de quase todas as publica-  
ções da mesma editorial, tem ainda  
visíveis defeitos de composição na  
distribuição das notas. Salvou-o, por-  
rém, neste sentido, a beleza de al-  
gumas páginas admiravelmente  
escritas, o tom de sinceridade patrió-  
tica e exaltante, e ainda a lúcida  
inteligência do pensar filosófico.

Efectivamente, ao lado do prima-  
rismo de António Sardiña, com  
exemplar incompreensão da obra de  
Leonardo Coimbra, e ao lado do  
desdem positivista que os historia-  
dores do Integralismo Lusitano ma-  
nifestaram sempre pela filosofia por-  
tuguesa, este livro de Cunha Leão  
distingue-se como extraordinário  
acontecimento cultural, que merece  
os favores da opinião pública com  
que parece ter sido brindado.

FRANCISCO SOTTOMAYOR

## LITERATURA

### OS ROMANCES DE VIRGÍLIO FERREIRA

Numa notável e testemunhal tetra-  
logia de romances, Virgílio Ferreira  
vem expor o problema da alma e do  
espírito individual, dividido entre uma  
imanência dolorosamente vivida e uma  
transcendência intocável ou irracional-  
mente. Impressiona uma outra dicotomia  
na sua obra, dicotomia tão real  
que chega a impor um correlativa  
dicotomia estilística: a funda partici-  
pação na realidade próxima, terrestre  
e humana e a meditação dialéctica e  
metafísica, do sentido abstraccionante  
e idealista. O carácter eminentemente  
trágico dos seus romances, provém talvez  
da distância em que ainda se en-  
contram da síntese possível da exist-  
encial e do essencial, do humano e do  
ideal.

Num esquema forçosamente linear,  
«Manhã Submersa» mostra-nos o espí-  
rito individual, no grave momento da  
bifurcação de caminhos, proposta a  
todo o adolescente do nosso tempo:  
mas o sistema pedagógico a que é sub-  
metido, revela-se incapaz de conciliar  
a exigência de liberdade e a exigência  
de transcendência, que lutam na sua  
alma. Sistema dual, implica a vitória

ou derrota de uma das tendências, e  
assim acontece. O espírito escolhe a  
própria liberdade, e desta forma,  
viverá agora por escolha, no mundo  
da imanência pura, onde a metafísica  
substitui a religião. Este mundo, absur-  
do, insignificante, pré-conceitual, é a  
atmosfera de «Mudanças», o seu roman-  
ce mais ortodoxamente existencialista.  
O espírito individual não tem outro  
guia, senão o de uma escolha, gratuita  
e irracional, que só a vontade sanciona.  
A existência é suportada pelo Nada  
e o homem vive angustiado e eterna-  
mente desesperado, lembrando no en-  
fante, as verdades religiosas perdidas  
na submersa manhã.

Perpassa todavia ao longo destes li-  
vros um bálsamo de ordem supra-  
racional, uma religião antropológica  
e cósmica, que poderia sem dúvida  
classificá-los como, de certo ângulo,  
saudosista: é a identificação com a  
terra, com a pátria, com o lar, com os  
valores familiares, os quais em «Apari-  
ção» surgem em ritmo expressamente  
alternado com a procura metafísica de  
um real mais profundo. O que aparece  
depois do mergulho no absurdo exist-  
encial? O núcleo reconstruído do espí-  
rito, algo de sub-stante, algo que  
permanece no tempo, para além do  
fluir ontológico. Mais do que um conhe-  
cimento, «Aparição» é um reconhe-  
cimento do que fora negado em «Manhã  
Submersa». É a imanência que se repõe  
sem a falçada dialéctica da autori-  
dade e de liberdade? Se não tivesse  
entre a paisagem natal e patriarcal,  
havido divórcio, ou funda dicotomia,  
o Espírito exigente e dogmático?

«Aparição» nada resolve, porque  
equivale a uma declaração de substân-  
cia. Se, porém, o homem é projecto  
vital, a que veio a este mundo essa  
substância aparecida? É este o tema  
do último dos seus romances «Cântico  
Final». Agora, Virgílio Ferreira analisa  
a que considera a mais alta das acti-  
vidades humanas, a Arte, algo de hu-  
mano e imanenente, que de certo modo  
substitui lealmente o antigo afã  
religioso. Romance situado no «univer-  
so» dos artistas modernos, cujos pro-  
blemas são dissecados e apresentados  
em vivos e fecundos diálogos pelo  
autor, assinala no entanto a trágica  
frustração da arte como substituto da  
religião, ou seja como alimento espí-  
ritual da humanidade. O protagonista  
fracassa como artista e como homem:  
é este então o destino do espírito in-  
dividual, que um dia sacrificou a servi-  
dão à transcendência, em nome da  
liberdade na imanência? Curiosamente,  
Virgílio Ferreira apresenta um final,  
um Cântico Final que não é inteira-  
mente trágico, porque é a busca in-  
consciente ou apenas voluntária da  
relação perdida entre o homem e a  
terra, entre o espírito individual e o  
espírito divino ou o espírito santo.  
Lembrando as experiências de Matisse,  
de Cocteau e de Picasso, que pintaram  
e decoraram capelas, o protago-  
nista do romance, homem desiludido e  
condenado, ocupa os últimos dias da  
sua vida, reconstruindo e pintando a  
capelinha da sua aldeia portuguesa.  
A sua adesão não é já a da fé, a da  
consciência, a da sã e racional  
imersão no transcendente — é a ad-  
esão pelo sentimento e pela saudade, é  
o regresso às origens pela via incons-  
ciente e, por assim dizer, irracional.

Resposta ao problema do espírito  
individual que persegue desde o seu  
primeiro livro? Antes a contingente,  
possível e dramática solução de um  
grande, honesto e sincero escritor, que  
não quis contentar-se com fórmulas  
apriorísticas: testemunho impressionan-  
tamente verídico da situação da cul-  
tura portuguesa, tal como tem sido  
analisada, de outros prismas, pelos  
nossos pensadores e ensaístas.

A. Q.

## ENSAIOS

### «DO ESPÍRITO E DO TEMPO»

de Manuel Antunes, S. J.

Reunindo uma colectânea dos seus  
ensaios da «Brotéria», o Padre Manuel  
Antunes, S. J., apresenta agora as  
ideias mestras que orientam o seu  
pragmatismo filosófico e literário. Na  
economia do livro, os dois ensaios que  
especialmente dedica à cultura por-  
tuguesa, ocupam lugar relevante. São  
eles «Haverá filosofias nacionais?» e  
«T. de Pascoais, F. Pessoa e J. Régio,  
poetas do sagrado» — e em ambos, por  
coincidência, nega e repudia o essen-  
cial do pensamento e da mensagem  
dos nossos modernos filósofos e poe-  
tas, embora quanto a estes reconheça  
um mérito intrínseco que nega áque-  
les, indo ao ponto de ocultar nomes,  
obras e teses.

O ensaio «Haverá filosofias nacio-  
nais?» — interrogação que, desde logo,  
implica uma resposta, foi escrito em  
Maio de 1957. Nesta época, também  
por coincidência, tinham sido publica-  
dos o discutido livro de Álvaro Ribeiro,  
«A razão animada», bem assim como o  
primeiro número de «57», que reivin-  
dicava para os Portugueses uma inde-  
pendência filosófica correspondente à  
sua independência política.

Manuel Antunes replica, ponto por  
ponto, a algumas das teses da filosofia  
portuguesa, tendo o cuidado de não  
citar os seus autores, mas fá-lo com  
uma precipitação que o tempo não  
corrigiu, a avaliar pela inclusão do  
trabalho na recente colectânea da  
«Ática». Posteriormente, dois núcleos  
de pensadores e teólogos católicos,  
dariam à nossa moderna filosofia uma  
atenção que o desenraizado autor de  
«Do Espírito e do Tempo», não hou-  
ve por bem conceder-lhe. Referimo-nos  
aos pensadores jesuítas, reunidos em  
volta da Faculdade de Filosofia de  
Braga e aos pensadores franciscanos,  
ligados à acção da revista «Itinerá-  
rio». O número há pouco dedicado  
pelo «Revista Portuguesa de Filosofia»  
ao pensamento português contemporâ-  
neo, e os estudos elaborados por um  
João Ferreira, O. F. M., e outros, aos  
principais filósofos nacionais, como  
São António, Pedro Hispano, Fran-  
cisco Senchês, Sampaio Bruno, Leo-  
nardo Coimbra, Teixeira de Pascoais  
ou Álvaro Ribeiro, contrabalanzam fe-  
lizmente a posição dos pensadores ca-  
tólicos portugueses, em relação às  
teses que o génio do nosso povo foi  
capaz de elaborar e criar, apesar de  
tantos obstáculos e impedimentos.

Em sùmula, Manuel Antunes, afasta-  
do do seu povo e das suas raízes, for-  
mado no Tomismo, e exercitado na luta  
contra as correntes metafísicas vigen-  
tes nos países da Europa Central, como  
o Idealismo, o Marxismo e o Existen-  
cialismo, mostra desconhecer por com-  
pleto o que pensaram e pensam os  
portugueses, como portugueses. Tal  
problema interessa-lhe aliás pouco,  
pois que, na sua interpretação, o to-  
mismo é a única doutrina verdadeira  
e universal, pelo que a totalidade dos  
humanos se lhe deve submeter. Eis o  
que equivale a uma declaração de uni-  
dade: Manuel Antunes, com efeito,  
procede e pensa como se a unidade  
estivesses estabelecida no Mundo, igno-  
rando a condição de uma multiplici-  
dade, que pode ser miticamente tran-  
scendida, mas é condição do espaço e  
do tempo.

Enquanto assim for — e assim pa-  
rece ser —, uma tal tentativa de  
atualização do tomismo está de ante-  
mão prejudicada. No último capítulo  
do seu livro, «A Igreja e o Mundo de  
Hoje», Manuel Antunes lamenta-se de  
que o pensamento católico haja per-  
dido posições, fora, e até dentro dos  
próprios países tradicionalmente ca-  
tólicos.

Esta situação não se deverá, em  
parte, ao abuso de unificação tomista e  
necessidade que os grupos humanos  
sentem, de caminhar para Deus através  
da sua própria via?

Gravíssimo é que, tentando definir  
os três maiores poetas portugueses  
deste século, o autor conclua: «Nenhum  
deles conhece, na verdade, o cristia-  
nismo». Teríamos então de reconhecer  
um não-cristianismo fundamental do  
espírito português, na filosofia, na poe-  
sia, na arte? Manuel Antunes refere a  
sua concepção do Espírito a Cristo —  
o Deus-Homem fora do tempo e do es-  
paço, válido pois como sagrado sím-  
bolo, para todos os tempos e espaços.  
Será preciso lembrar na religião trini-  
tária, a posição relativa do Filho e do  
Espírito Santo? Será preciso recordar  
que a conversão das línguas a uma só,  
um só fogo e uma só luz, depende da  
visão da Verdade, que aos homens não  
foi dada, senão incompleta e fragmen-  
tariamente? Será preciso repetir que  
a filosofia é caminho e não Verdade e  
que, por conseguinte, o pluralismo das  
tradições filosóficas é a única defesa  
possível contra uma forçada e arti-  
ficial unificação de caminhos, seja ela  
de inspiração tomista, idealista ou  
marxista?

Como a considera o Padre Manuel  
Antunes, a filosofia não é do saber,  
mas da vontade — e a estes fins prag-  
máticos e políticos se reconduz fácil-  
mente todo o seu culturalismo árido  
e ceteradístico, toda a sua argumen-  
tação sofisticada e deslocada. O tomismo  
foi a altíssima realização especulativa  
de um período da idade medieval, em  
que a centralização latina dominava  
ainda as nações cristãs. A diversifica-  
ção das culturas, no Ocidente como  
no Oriente, impõe hoje filosofias do  
verbo, tipos de pensamento aptos a  
encarar e solucionar uma problemática  
que, no tempo e no espaço, nunca é  
idêntica e una. Pretender a imposição  
substante de uma ortodoxia filosófica  
é tarefa, como o mundo de hoje dá  
sinal, destinada aos maiores desvios e  
às mais antagónicas consequências.

Nos restantes ensaios do livro, abor-  
dando temas «europeus», Manuel An-  
tunes limita-se, como é natural, a repetir  
os lugares comuns da crítica francesa,  
sem que perante um Kierkegaard ou um

Ortega y Gasset, ou perante os temas  
do humanismo, do marxismo e do to-  
mismo, possa tomar a posição origi-  
nal que lhe adviria, se se integrasse na  
natural tradição da língua e cultura  
da sua pátria. A mente ansiosa da  
perturbada juventude de hoje, pede  
mais do que a erudição, o ceteradísti-  
mo, a suficiente doutrina e dogmática  
usados pelo autor, pede até mais do  
que a fluência e a agilidade mental  
que não faltam aos seus escritos.

A. Q.

## POESIA

### «AS CINCO REGRAS DO EQUILÍBRIO»

de José Valle de Figueiredo

Surpreendentemente, eis que um poeta  
se revela. Não mais um poeta. Não mais  
um sensível expessor de estados de alma.  
Não mais um lírico do emomento isolado,  
das pequenas horas da frustração, deses-  
pero ou simplesmente tédio. Pelo contrário,  
com uma mestria inesperada, este jovem  
que até aqui apenas publicara alguns en-  
saíos, aliás de excelente nível de matura-  
ção filosófica, integra-se na tradição maior  
da poesia portuguesa, e de uma épica por  
assim dizer reflexiva, equilibrante das três  
forças sentimento-ideia-acção, o harmo-  
nizante numa dupla face que, voltada sim-  
ultaneamente ao passado e ao futuro, sendo  
pois saudosista e messiânica é em conse-  
quência tradicionalista e poderosamente  
inovadora. Anula-se o tempo, nesta ponto  
lançada pelo símbolo poético entre o que  
foi e o que será? Anuiam o tempo Cam-  
ões? Junqueiro? Pascoais? Pessoa? Po-  
derá dizer-se que neles e por eles, o tempo  
perde todo o seu significado ou ganha  
todo o seu significado. É um tempo hete-  
rogéneo, um tempo sagrado: o homem  
domina-o e excede-o e, mas enquanto se  
adapta ao seu ritmo, em vez de professa-  
mente o subsumir na ficção matemática.  
O último instante do passado é igual ao  
último instante do futuro. A duração não  
é mais do que a viagem entre dois instan-  
tes que se confundem, que são uma só  
realidade. O épico é o que visa o ho-  
mem nos movimentos mais agudos deste  
transito — é porventura o único capaz de  
compreender o presente na sua plenitude,  
não como um estado ou o conflito por um  
estado ou um estar, arquétipo do teatro,  
mas como uma ida ou um ir, uma infinita  
abertura para o possível ainda não obje-  
tivado. Seria fecundo — mas ficará para  
outra altura — verificar como a mesma  
dicotomia de géneros literários se reflecte  
no conteúdo das filosofias, antagonizando  
ou pelo menos separando as filosofias do  
ser e as filosofias do movimento.

Ligando-se a uma filosofia do movimento,  
a uma épica necessariamente do mesmo  
signo, José Valle de Figueiredo concebe  
a duração como um processo interrogativo  
e é aliciente ver como o poeta se inspira  
na forma da linguagem popular portuguesa,  
teia de interrogações, que se respondem  
com novas interrogações, pois se verdade é  
um erro sucessivamente menor, conforme  
disse o nosso filósofo do movimento divino,  
Sampaio Bruno.

Se Fernando Pessoa visionara os eventos  
e as personalidades, desde as míticas da  
aventura portuguesa até às simbólicas da  
sua aventura interior de indivíduo, como  
imersões do imanenente no transcendente,  
como dualidades de humanidade e espí-  
ritualidade, José Valle de Figueiredo acres-  
centa uma outra dimensão à teoria de uma  
renovada épica.

Com efeito (presença da tradição), uti-  
lizando em larga escala os símbolos por-  
tugueses arquéticos, radicados em palavras-  
chaves como viagem, nau, descoberta, rota,  
Índia, pacífico, ilha, império, vela, vento,  
José Valle de Figueiredo (eis a inovação),  
projecta-os, não na relação do homem com  
Deus através de um cosmos espacial, mas  
em idêntica relação através da mulher, que  
no seu poema, toma o lugar da Índia, do  
mar, do oceano, do azul.

Visto de determinado ângulo, estamos  
pois em face de um poema erótico, de  
uma pura descrição do amor, do movimento  
do amor. Descoberta, conquista, posse,  
surgem transportes numa subtil alquimia  
verbal, em ida do masculino para o femi-  
nino, como do humano para o cósmico e  
do cósmico para o divino. Na cadeia in-  
terrogativa, o poeta penetra a misteriosa  
realidade do sexo e esta perfura por sua  
vez a misteriosa realidade do tempo, da  
vida, da transcendência.

É difícil não recorrer à própria poesia  
de José Valle de Figueiredo — poesia her-  
mética, sem dívida, mas que, encontrada  
a chave, se abre diante de nós como uma  
verdadeira revelação de beleza e verdade.  
Eis um dos passos mais significativos do  
poema — do poema que, convém referi-  
r já ao título orientalizante, é uma demanda  
do equilíbrio, desse equilíbrio entre o espí-  
rito e a alma, entre o divino e o terrestre  
que só o amor pode propiciar:

«Canta o mar, canta a onda, / Canta a  
nau, / Mas o segredo no fundo já não está,  
/ Canta o segredo, e via canto, / o sa-

cro, / Mas a nau já no mar não está,  
/ Definida a frincha? Sentida a frosta? /  
Fresta da futura memória, frincha de oculta  
reserva, / Por dentro da ave? Por dentro  
outra, outra ave, / No fundo? No fundo  
o nada, por princípio o fim, / Canto e  
danço o fandango nesta corda, Força? /  
Na força a vida, no palanque a morte, /  
Plácido o silêncio, menor o fluído, / De cal  
o forno, no forno a terra, A terra? / Soli-  
tária e erva, feminil a taça, / A taça, a  
palavra taça do solo, ao sol erguida, /  
Sagra a via, oculto o verbo, / O tempo, o  
imaginário e rude tempo / dos meus olhos  
escore, / Do tempo, pressentido só, / o  
casulo de um sentido, / Na boca, na tua  
boca, sinistra, de volúpia cercada / ponto  
se liga, Margem o lábio? Sábio / o con-  
tendo, negro o centro, Desvelada e boca, /  
Encerrada a margem, Criada a dor, e a  
prudência, / criada a Índia, o e ponto,  
oculto e casto / o fogo se revela...»

Para além do conteúdo destes versos,  
o leitor não deixará de sentir a sua origina-  
lidade, força e beleza verbal, no plano  
domínio de uma técnica pessoal e com-  
pletamente afastada de qualquer conven-  
ção. Surpreendentemente, um poeta. Mas  
não tanto: as nossas tradições de grande  
poesia e a renovação que as teses de filo-  
sofia portuguesa trouxeram à nossa cultura,  
não poderiam deixar de gerar, tarde ou  
cedo, frutos fecundos no novíssima geração.

A. Q.

### «OS LIVROS SIBILINOS DA LUSITÂNIA»

de Henrique Tavares

Embora aceitando profunda inte-  
gração tradicional gótoniana, e par-  
tindo dela própria, somos levados a  
reconhecer a existência activa de  
vários cursos transmisionais, por que  
se fructificam e caducam os des-  
veitados viáticos possíveis e se apa-  
gem quaisquer fluidos lenares, por  
que se assinalam históricas e sucessi-  
vas gestas, por que ao mesmo tempo  
existe o touro branco da épica irlan-  
desa e o touro verde kiplingiano e  
se nos deparam os vários cumes para-  
disíacos, seja a Rosa Cándida seja o  
Escaravelho. Problemática e drama-  
tica se nos propõe, assim, qualquer  
interpretação mais ou menos crítica,  
quando se nos impõe uma obra de  
signo e sinal oculto, já pelas razões  
aduzidas, já porque a iniciação deve  
ser individual, já e ainda, porque, no  
caso particular da situação portu-  
guesa essa iniciação corre o risco de  
não acertar, porquanto não é pefete-  
na, pelo menos à maior minoria, o  
correcto sinal português. Todos estes  
problemas nos surgiram, quando da  
leitura dos secretos e sibilinos «Livros  
da Lusitânia», de Henrique Tavares,  
agora publicados num só volume in-  
dicativo.

Raros são, por vicício que ora não  
nos interessa percrutar, os livros  
cultos, que o mesmo é dizer ocultos,  
na poesia portuguesa contemporânea,  
e tão raros são os Poetas cultos  
(ocultos) que a sua permanência  
toma tais foras de insolência peca-  
minosa, em nome de uma pseudocul-  
tura do pouco humano 4.<sup>a</sup> andar sem  
elevador. Temos aí, por começar, o  
«Grande Poeta Insolente que foi o Fer-  
nando Pessoa por desvelar, temos li-  
vros de Jorge de Sena, e temos essa  
incomparável Atlântida, por quem tão  
bem falou o florentino florentino Goul-  
lar Nogueira, sem contar com o su-  
blime e extraordinária «Invenção de  
Orfeu», do sempre vivo Poeta Lusitano  
que foi e é Jorge de Lima.

Ora, num panorama como o que  
se apresenta o nosso aporazou con-  
temporâneo, o livro de Henrique Ta-  
vares surgirá, pleonasticamente, sibi-  
lino, e tão sibilino que só um verda-  
deiro e completo estudo nos dará to-  
das as implicações que nele se con-  
tém.

Se pela análise casual do verbo, se  
chega à separação permanente da  
voz, aqui repousa a justificação da  
existência de tão Bela Dama do Prato,  
de Kondalini, em que se enfeixam to-  
dos os propósitos de acção, de inven-  
ção e de criação, onde se unem todas  
as coisas, para que todas elas se rac-  
clinem no seio materno, a Mãe de  
todas as coisas. Se ainda, por um de-  
pósito da Quêda se virgulam as duas  
raças ibéricas, terminando uma e cada  
uma, se apenas uma — Lusitânia —  
findar, todo um esquema de sujeição  
ao real se dilui, não num super-real  
absurdo enquanto gradativo, mas o  
sobretudo, num Circulo que por ser  
Sagrado e, porque Sagrado, Mágico,  
não só integra todas as regiões in-  
fernas como as restabelece a partir do  
Superno. Eu também sou da vossa  
Raça Sagrada, exclama o sacrificado  
de Zagreus, pretendendo alcançar a  
sabedoria de um notável livro sobre  
arte de navegar a experiência, rele-  
vando a experiência fernandina da  
Índia Nova, trânsito teolocial para o  
terceiro termo patriarcal. Vem jun-  
tar-se Henrique Tavares, com este li-  
vro, ao grupo daqueles homens lusi-  
tanos que pronunciam a lédade da

(Continua na pag. 19)

# É DIA DE NATAL PARA UM HOMEM SÓ

Quando o despertador o acordou, ele pôde apenas pensar que «tudo era sonho afinal...», deu duas voltas sob os lençóis aquecidos por uma noite fisicamente completada às oito horas da manhã, precisas, e nada lhe foi indicado pelo momento de acordar, que o localizasse para além do hábito normalmente aceite a essa hora do dia.

Tudo se completou dentro da mesma aceitação, regular, metódico e quase inconsciente; sapatos de quarto, interruptor da casa de banho, fósforos e gaz, tentativas falhadas (a torneira de segurança... que cabeça a minha!), de novo o quarto quase escuro, o tabaco fora do lugar (— Talvez no bolso do sobretudo...), o «living» às escuras, o maple (Tenho que estudar esta coisa... a mancha de «whisky» é vergonhosa... porque não hoje?)

— Hoje... quarta-feira, telefonar ao decorador...

O tabaco estava realmente no bolso do sobretudo.

— Dois bilhetes? Ah, é verdade... ontem. Hoje.

Debaixo da porta, o jornal dobrado falaria de ontem e arriscar-se-ia sobre algumas coordenadas de hoje.

A imprensa devia estar entregue aos magos... e às bruxas!

O isqueiro, uma das delicadezas sem imaginação de Helena, nunca funcionara perfeitamente; havia em todos os presentes que ela oferecera qualquer pormenor a esquecer, uma falha, uma razão imperceptível de refugo, um motivo de «spechinha».

Passou o cigarro pela chama azul do gaz e confortou-se com a pequena economia com que começou o seu primeiro cigarro, aliás de uma marca cara e suficientemente conhecida como tal, para se poder estender a cigarreira com uma frase: — Não sei se gosta... são «tab»... — Ah «tab»!... sempre fumarei um...

Exemplos de ostentação como este, agarravam-no à terra por um sentimento de sólida confiança em si, e ao fechar a cigarreira com um estalido seco, guardava na consciência um «existis» tão real como reconfortante.

O vapor de água escorria pela azeleja preto e pela imagem embaciada com que o espelho o reproduzia.

— Quarenta e três anos.

Ao abrir a janela para o Jardim da Embaixada, jardim de que ele e os vizinhos se serviam como paisagem, estranhou qualquer falta, talvez mais pequena do que a mancha rubra duma camélia que a chuva desfolhara durante a agitação da noite invernos.

Só então ele se localizou na data: manhã de Natal!

Encostou a testa ao vidro embaciado e deixou que o frio se enterrasse na pele enrugada.

Deveria então pensar que era um homem só e que a vida fora amarga e injusta, que a vontade era uma força real e que tudo se seguiria ao acto que um dia praticara, para que tudo se seguisse no sentido em que realmente se desdobrara a sua vida de «homem só». No entanto, embora fosse capaz de chamar realidade à consciência física do frio a enterrar-se na pele, algo se agitava entre essas duas existências, ou talvez para fora delas.

Aí julgou nascer a manhã de Natal. No café onde entrou para tomar o pequeno almoço, (em casa não tinha pão nem biscoitos secos), os cromados brilhavam como falcas, frios e cortantes. As mesas vazias rodeavam-se de cadeiras de espaldares muito encostados aos tampos de mármore, ainda húmidos.

Todos os objectos se agrupavam para o ofender, para lhe atirarem à cara a sua inadmissível solidão.

Os espelhos tinham letreiros colados anunciando «pregos», «cachorros quentes com mostarda», «bifes da casa» ou pratos «especiais», com os preços por quantidade, mas para além das letras encarnadas eles gritavam de um para o outro e desse para o outro e daí para o primeiro e daí para o teto e de lá para o fundo do bar, reflectido no primeiro, que de novo sal-

tava para o segundo e para o primeiro e daí para o teto e do teto para o fundo do bar e assim, de imagem para imagem, até ao absurdo infinito, aprisionado nos espelhos dum café vazio, que anunciavam comidas e gritavam afinal uma só frase repetida num eco visual: — Entrou um Homem só!

Um Homem só!... Homem só!... Só!...

— Sim, eu sou um homem só... quarenta e três anos, com dois filhos, que abandonei... que abandonei!

Os espelhos viraram a imagem para dentro e recusaram-se a repetir o que ele precisava que lhe gritassem no rosto.

Esse desprezo com que o mundo objectivo recebia a proposta de comunicação subjectiva, colocava-o numa posição totalmente inédita: a incomunicação física.

— Ou seja, a morte material...

O calor da refeição assinalou-lhe a presença dos órgãos, um existir fisicamente por dentro, que noutras circunstâncias nada teria de irreal, porque o tornava completo em todas as dimensões aceites, embora por conhecimento teórico, mas que nessa manhã de sol, diferente, se transformava num sinal alarmante de redução corpórea.

Todos os seus nervos se colaram aos órgãos, aquecidos por um café com leite e torradas, reafirmando a sua solidão física em órgãos incontroláveis. Cortou a respiração e pareceu-lhe ter conseguido dominar as paredes do estômago.

— Se eu quiser... paro a digestão, controlo os meus próprios órgãos...

As veias começaram a latejar no pescoço, na cabeça e, muito mais nitidamente, nas fontes. Deitou fora o ar, o sangue correu velozmente até ao coração que deu um solavanco inesperado. As pulsações seguiram-se, ritmadas, enchendo e esvaziando as artérias e as veias, da cabeça aos pulsos e ao estômago, sobraaquecido pelo pequeno almoço, de preço previsto pelos espelhos. Abriu as mãos e pôs as palmas esticadas sobre o mármore. Assim esteve uns segundos, inerte como um morto.

— Não, eu não estou morto... pelo contrário, agora sinto viver, em mim, um ser decepado do fluido vital da realidade. E como se me fosse cortado o cordão umbilical que me agarrava aos objectos...

Aos espelhos, aos cromados das cadeiras, das mesas, da máquina de café, ao frio da rua, ao calor físico do existir com os «outros».

— E horrível... — de facto, na noite passada, ou há dez anos, poderia sentir com autenticidade o que haveria de horroroso nesse corte genital com a realidade, porque ainda pertencia a uma consciência comum de existir.

Deixou precipitadamente o dinheiro na mesa, que o criado limparia com gestos ritmados, de acordo com os locais de vida das coisas, ligados os gestos com os objectos, por trajectórias exactas, habituais, vivas.

Ao sentar-se no carro pareceu-lhe que «tudo» retomaria o seu lugar e que não passara dum falso alarme motivado por...

— Já não tenho idade para chelições de menina histérica...

Meteu a chave do carro na ranhura sem cronómetro, ligou a ignição e hesitou antes de pôr o motor de arranque a funcionar.

— Estúpidez... devia ter substituído a bateria há mais tempo... ainda ontem falhou... — tentou distrair-se com o ridículo da véspera, à saída do «dancing» com... e sem bateria. Va-

leu-lhe um pouco de humor e de facilidade de gorjeta, para convencer a farda rubra do porteiro a vergar-se sob o peso inerte do espada sem motor de arranque.

Quando o estacionou perto de uma pensão escura, teve o cuidado de escolher uma descida.

— Hoje é dia de Natal, eu sou católico, tenho que me confessar...

Deveria acrescentar com mais verdade que propunha um contracto entre a bateria, a alma e a Providência.

A luz encarnada, que avizava a descarga da bateria, olhava-o provocantemente:

— Vá... de que tens medo? Tu existes para lá de minha colaboração.

Tu vives...

— Vivo... sinto pela primeira vez que vivo...

As veias, as artérias, os vasos capilares... o coração, a bateria, a existência, a bateria, a promessa de arrependimento...

Deu mais uma volta à chave, seguida dum ruído surdo de espasmo, e outro e outro.

A luz vermelha transformou-se na opacidade duma cor: o carro não pegaria mais.

Fixou o olhar no duma senhora modesta que se dirigia no seu sentido e pareceu-lhe poder ver-se do lado dela para si.

A mulher passou arrastando consigo a vida que, por momentos, o envolveu; era manhã de Natal e isso quererá dizer para todos os que estavam no lado de dentro do real, que na noite anterior, essa quarta-feira começara a ser de facto uma data.

— Eu sei, — a mão direita pousada na pequena chave do carro — eu sei o que aconteceu esta noite para todos nós... para aquela senhora modesta e para o criado do café que não se ofereceu para empurrar o carro, para o director do jornal que escrevera um artigo com palavras que apenas desilavam por ele, sem o molharem nem aquecerem, para a leiteira que não fizera distribuição e para o padeiro que ficara em casa a refilar contra os Padres e beatas.

— Tenho que me confessar e ir à missa e ter a agradável sensação de me sentir triste porque estou só...

— Sóco! — buzinou o automóvel quando o braço, que segurava a chave, pendeu sobre o volante.

Uma tontura, um enjôo, um mal estar...

— Menina histérica... — o sarcasmo não surtiu.

— Ego te absolvero... — benzeu-se, saiu do confessionário e não pôde mais identificar-se com a página ingénua que assinalava a infância, no livro de missa que abria entre as duas mãos húmidas de medo.

A palavra medo caiu tão exacta dentro de si, que instantaneamente se manifestou em pulsações, apertos de veias que doíam e repousavam alternadamente.

Rezou a penitência com uma atenção e propósito invulgares. Percorreu as caras serenas e distraídas dos outros, à procura dum tema de concentração.

— Só a razão me dominará... — lembrou-se do local e da data e acrescentou — a razão e a fé.

— Estou só... apenas isto, uma pequena reacção instintiva...

— Um homem só.

Desta vez porém a frase classificadora não o reconfortou, nem sequer o emocionou através do formalismo que conscientemente encerrava.

O Santo Qualquer Coisa olhava para ele, ou para a qualquer coisa

Conto de  
**ANTÓNIO BOTELHO**

que era ele e a sua solidão; a criança de tranças tirou do bolso uma boneca nova, que caíra pela chaminé nessa manhã, do saco do Menino Deus ou do pateta do Pai Natal, e a nova imagem também se afastou da sua angústia, assim como o Presépio, os cabelos brancos do Padre corcovado e as lágrimas duma mulher de luto pesado.

Fechou o livro de missa, quiz fugir da Igreja e só o reteve a ideia de que o carro não andava, ancorado junto dum Café vazio.

— Domínio!...

— Medo... — suave como se fosse realmente desmaiar e no entanto sabia que isso não aconteceria.

— Vou telefonar à Helena e pedir-lhe um almoço... mais, pedir-lhe um pouco de companhia...

Lembrou-se que se confessara e que talvez não devesse ir visitá-la.

De qualquer maneira ela não deixaria passar um dia «a festejar» sem cumprir rigorosamente mais um encontro de amor e tédio, como compete a uma amante fiel, embora tacitamente pertencente a um passado vencido por um erro comum. — Apesar de tudo sempre estragamos a nossa reputação de burgueses regulares, um com o outro... — dizia Helena no fim duma ceia a dois, ou duma noite em comum. Ela vivia de felicidades tão pequenas como as de poder afirmar coisas como estas, em momentos precisamente como os que passava. Frases curtas e suficientes como: — «Estou velha, meu caro...», «Somos dois idiotas às turras a um vidro, como duas borboletas cegas».

— Um «whisky»... uma gota de esquecimento em água gasosa!, etc., frases tão lapidárias como falsas, eram tanto um dos seus encantos, para quem ainda não estivesse saturado do olhar verde em fundo ruivo, como um dos seus lugares comuns, de manifestação vulgar, para quem conhecesse a superficialidade desse mesmo olhar e a tinta que ainda arruava um cabelo que nem loiro fora.

— Não... que me importa o erro... o amor enganado pelo próprio amor... eu apenas quero uma companhia...

Um perfume caro e demasiado feminino arripou-o até ao sangue, que estacou, pulsou, de encontro às veias, dilatou o coração, cumpriu-o até doer...

— Não, ela nunca mais me poderá acompanhar... mais do que nunca, preciso de autenticidade... Um amigo? Quem? Quantos amigos tem um homem de quarenta anos? Os de infância só lhe saberiam falar no passado, recordar pequenas histórias, já no domínio da pura anedota.

— Lembra-te do Padre Abílio? Coitado... grandes partidas aguentou...

E o Carlinhos Lopes?

— Morreu.

— Ah... não sabia...

Os amigos de hoje, eram conhecimentos a que a convivência chamava «amigos». É certo que poderia haver outra espécie de sentimentos em relação a si, a «gratidão» daqueles a quem ajudara, duma maneira ou de outra...

— Por exemplo... — nem uma cara conseguia agora lembrar duma forma perfeita.

— Talvez aquele motorista que empregara no Banco... Era um caso desesperado... qualquer história injusta, muitos filhos... provavelmente a morte recente da mulher. Provavelmente... afinal talvez o motorista nem fosse casado, nem fosse um caso mais urgente do que aquele outro, da dactilógrafa que tuberculizara... Teria morrido?

— Teria morrido?

Todos passavam por ele duma forma tão vaga quanto possível. Dele partiam para outro recente favor e daí para uma outra força política, financeira ou social, enquanto o «caso» perderia, pouco a pouco, realidade.

Sem dar por isso viu-se metido num grupo de comunhantes, cabis-

baixos e mesmo um pouco envergonhados, mas maravilhosamente inconscientes da sua individualidade. Olhou para eles com um espanto semelhante a um cego que pela primeira vez distingue as cores, e a agonia física voltou, agora aumentada por uma aguda pressão nos pulmões.

Lutou contra a vaga de mulheres de cabeça velada por mantilhas de renda espessa, donde emergiam os dedos brancos entrelaçados, numa posição que recordava a imagem da Senhora das Dores.

Os joelhos dobravam-se-lhe, o ar tornou-se por demais leve e frio, como se apenas contivesse uma única espécie de gaz.

— Com licença... com licença...

Mas todos os fiéis avançavam implacavelmente para o mesmo propósito.

Uma opa encarnada, uma ordem! — Por aí, por aí...

Não pôde optar por outra solução, seguiu a par os fiéis participantes do Santo Sacrifício.

— Eu não posso receber o Senhor!... — o Sacristão abriu os braços sob a opa rubra.

— Impossível... siga, siga sempre.

O coração batia-lhe do peito ao céu da boca: — Como bate, bate... o sangue... as veias...

— Siga, siga...

A seus pés, as mulheres ajoelharam e vergaram-se mais sobre si próprias. Uma nova onda de fiéis atirou-se para a direita, o suor caía-lhe pela testa.

— «Tenho medo!...» «Sem saber como, viu-se prostrado junto do Presépio.

Ali estava o que acontecera nessa noite, para os outros, os que não estavam só: Um Menino nu, rebolado e sorridente, que lhe perdoava os pecados, que lhe perdoava o abandono da família que trocara por uma experiência de amor falhada, que lhe perdoava até essa mesma derrota, que lhe sorria interminavelmente...

— Siga... siga...

A opa continuava a perseguir-lo, vermelha, sanguinária.

Levantou-se e deixou para trás mais uma certeza da sua solidão, o conforto da alma, a Paz... na visão arredondada duma criança de barro.

— Siga...

Ao sair da igreja, nenhum refúgio lhe ocorria.

— A bateria.

As pessoas atravessavam rapidamente o átrio, pois tinham pressa de se sentarem à mesa, ornamentada por giestas e bolas de cristal prateado.

— Com licença, com licença...

— Vou telefonar à Helena... talvez ela compreenda, ou saiba como se cura... quem me diz que isto não é um desequilíbrio do neuro...

Há uns instantes já, que um míldo o agarrava pelo casaco:

— Avó, avó!

Era loiro, tinha sardas e faltava-lhe um dente.

— Boas-Festas!

Beijou-lhe a mão, depois de olhar interrogativamente para um dos lados, repetiu o desejo de Boas-Festas e fugiu por entre a multidão, numa correria despreocupada. Cumprira o recado, cumprimentara um senhor de cabelos grisalhos, ainda novo, que o pai lhe garantia ser seu Avó.

— Sim, é preciso voltar... quando lhe pedir... Mário! Mário!

Era mais baixo do que ele, embora fossem inegáveis alguns traços fisionómicos, quase decalcados do seu perfil, da linha de nascença do cabelo, do formato dos beiços.

Quando se decidiu pela separação, Mário tinha sete ou oito anos, nunca deixou transparecer a mais leve crítica. Foi uma alma que se lhe fechou enérgicamente.

— Mário! — um taxi afrouxou, o pequeno loiro abriu a porta com esforço, ela (como se chamava ela?) sorriu-lhe quase com simpatia ao entrar para o carro.

— Mário!

O filho abriu o vidro do taxi, deitou o braço de fora e gritou, já a afastar-se:

— Boas-Festas, Pai!

— Porque é que aquele senhor se chama Avó?

— Querido... disse a mulher nova e elegante, apertando o braço de Mário — porque o deixaste ali, a berrar por ti? Apesar de tudo sempre é teu pai, não é verdade?

— Bem vez, querida, não poderei esquecer que ele nos deixou... Além de tudo criou hábitos, não pode entrar numa família... O meu pai pode ter a vaidade de se bastar a si próprio... é o que muitos sonham ser, naquela idade: Um Homem Só.

razões, os quais, com idades desde os vinte aos sessenta anos, se desprestigiaram, e aos seus professores, perante os seus contemporâneos e compatriotas, os tornarem-se objecto do riso e do escárnio alvar das populações.

Sabemos que o Dr. Raul Machado, graças às suas qualidades inatas de locução e representação, é uma das estrelas da T.V. portuguesa, mas ficamos mal com a nossa consciência — o que o Rev. Raul Machado deve compreender — se não apontássemos aos organismos competentes o que o seu programa encerra de deseducação e desmoralizador. Com efeito, se a moral defende os bons costumes, poder-se-á dizer dos exames, e ainda por cima desnecessários e comercializados, que pertencem ao número dos bons costumes nacionais?

## A VIRGINIDADE DO INFANTE

A ideia, de aparvoada, é peregrina. Defendida por sisudos historiadores, senhores de truculenta erudição paleográfica, é, no fundo, um desmando mais da necrofilia característica de certa literatura ensaística, aparecida entre nós, nos últimos anos, a qual apresenta duas faces de igual horror: a necrolatria e a necrofagia. Esta, mais cultivada, tem servido de lenimento à pobreza intelectual de muito autor, acomodado à sombra de vultos ilustres, de cujos nomes ainda vivos cufere a glória, a notoriedade ou o prestígio, de outro modo impossível de atingir. Mal se agita a obra cuja mensagem pôde resistir a toda a crítica, por mais insidiosa, às conspirações de silêncio, por mais ferozes, e brota do esquecimento viva e actuante; quando

a efeméride cronológica lança de novo a luz da actualidade no rosto de gé-nios esquecidos — logo o bando de necrófagos se movimenta, preparando o mergulho em busca do alimento decantado. Com tais crocificações, o vulto ilustre vai sendo descarnado, sob a acção dos bicos vorazes, perde de todo a forma humana, acaso ainda visível e quando o bando o larga, saciado, apenas resta um esqueleto, seco de nervos que os ossos articulam, sem vislumbre do sangue nem de carnes, pronto a ser varrido e disperso pelo primeiro vento dos interesses de circunstância. Assim tem sido, assim será.

Truculenta foi, no geral, a crítica histórica da figura e da obra do Infante, neste ano das comemorações henriquinas — origem, aliás, de pingues proventos editoriais; mas, risonha se mostrou, porém, a minúcia dos que, na vida do Príncipe de Aviz, cataram as linhas e as sombras susceptíveis de ordenar-se convenientemente na arbitrariedade dum retrato psicológico. Não nos deteremos no geral: particularizámos: o Infante, disse-se, não houve comércio com mulheres, durante a vida inteira. E aditou-se: nem doutro modo poderia ter sido, dada a grandeza do seu porte e a altura do seu génio.

Ora, procuremos manter o equilíbrio da razão e, sensatamente, acatemos com benevolência as congeminações pueris dos paleógrafos, baseadas quer na existência, quer na inexistência do documento comprovativo (constante de remotos arquivos), prova visível da abstinência ou da incontinência do Infante. Tais locubrações paleográficas, são a providência dos revisiteiros e comediógrafos e, como tal, são de tolerar, em vista do bom humor e da graça nacional.

O que não pode, porém, deixar de ser objecto de séria meditação, é a facilidade com que ainda hoje grassa o

erro que consiste em confundir a vida espiritual, a vida animal e a vida corporal do homem, com a concomitante e capciosa premissa de que toda a acção ou actuação espiritual, implica a passividade da alma e a precariedade do corpo. O debilitante misticismo espanhol — tão diferente da plotórica agitação e inquietação dos nossos Santos e heróis — misticismo que se alimenta da própria renúncia à vida natural, do vicioso combate às solicitações do corpo e do desprezo da matéria, é o produto defeituoso dum cristianismo que acaba no Calvário, religião trancada, de sacrifícios e sacrificados, que negam ou temem o esplendor de maravilha da Ressurreição. Ao Cristo Glorioso da Aleluia, preferem o Cristo Doloroso da Paixão.

Tais são esses, afinal, os autores da sombria ideação do Infante — austero visionário, duro descobridor de mundos, empenhado no combate singular contra o corpo que lhe entorpece o espirito. Porém, a única torpeza está neles. Desprezando esse comércio dos sexos, desatentam da própria Igreja, que lhe reconhece o sagrado e sobre ele instituiu o Sacramento. Mais papistas que o Papa, mais cristãos que Cristo, já não são de hoje: pois existiam vai para dois mil anos e como agora, maisinavam o corpo no próprio Filho do homem — porque este corria, com os Doze, as terras da velha Galiléia, dava banquetes ao povo, lá às bodas, comia e bebia. Não podiam entendê-lo, os fariseus, negavam-lhe a divindade do verbo e da missão, acusavam-no de glutão e bebedor de vinhos, andando de amizades com publicanos e pecadores (!); mas, já então, o mesmo Cristo ensinava (a quem tivesse ouvidos do ouvir) que a sabedoria se justificava por seus filhos.

(1) S. Mateus, IX, 19.

# CRÍTICA

(Continuado da pág. 17)

Santa Sabedoria indica. Desde Sampaio Bruno... desde Sampaio Bruno... Restabelece-se a crítica via de S. João, que tão supremamente, tão orientalmente é desejada e que se encontra e reencontra em sucessivas Encarnações. Descartes e o Logos. Ó sagrada Dama do Licorne, conjuga o conjunta o Verbo nocturno de S. João! Uma Filosofia com moral, filosofia sem determinismo se vitaliza em chaves da noite.

Henrique Tavares, Poeta Órfico e, porque Órfico, Serpentina — bem digno de ser Lusitano porque de Ophiussa, cidade sagrada tão bem cantada por Fusto Lopo. Uma perenidade numérica e dourada, gongalina e nômiana, transparece da totalidade poética destes tão altos e sibilinos Livros da Lusitânia, destes tão importantes livros de Henrique Tavares, Poeta Português.

JOSÉ VALLE DE FIGUEIREDO

## A CISÃO EXTREMA EM FERNANDO PESSOA

Muito difícil é compreender a obra de Fernando Pessoa no seu mais profundo sentido. Tendo procedido a um estudo último das várias tradições esotéricas, Pessoa concluiu pela ideia de que o paganismo grego (1), ou o ideal helénico, representa, pelo seu naturalismo, a atitude e o viver que estão mais conformes com o intrínseco sentido do ser.

Na sua vida, Pessoa recluiu-se a um viver que poderemos denominar de cisão extrema. Os seus versos dos últimos anos são evidente manifestação dessa cisão — os versos em que a ideia de nada sobrevém constantemente. Mas resta perguntar se tal atitude mais do que poética, vital, não seria um processo alquímico de aperfeiçoamento interior, pela descida aos infernos, ou seja, pela assunção do nada.

Com efeito, a própria consistência na cisão, em que se poderia argumentar que Pessoa consistiu e viveu, parece dever conduzir, naturalmente, à libertação do ser, e, naturalmente, por uma necessidade implícita no mesmo ser. Será assim? É este o segredo que se opõe ao fundo entendimento da obra de Pessoa, expressão de aquilo que significou o seu pensar e o seu existir.

Porque a sua obra poética é apenas a face de beleza de uma aguda e ultimamente funda obra filosófica de penetração das coisas. O árcol em Pessoa seria, então, um suporte para a transcendência do ser. E realizando este processo, perguntaremos se, através da cisão, Pessoa foi ou não um homem imperfeito, como aparece pintado no quadro de Almada Negreiros.

LUIZ ZUZARTE

(1) Apologia do Paganismo — Edição Petrus.

## O PRIMEIRO DIA DO HOMEM FORA DO PARAÍSO

No dia em que Adão deixou o Paraíso foi quando o homem nasceu. Na dor e na angústia viverá para saber que o caminho na sua frente é demasiado vasto para a sua limitação. Nele se sentirá perdido, perdendo-se.

António de Cértima, no seu livro «O primeiro dia do homem fora do Paraíso», dá-nos uma visão idílica do mundo aos olhos simultaneamente inexpertos e videntes do homem nascente. Faz pensar, meditar. Mas aquele que tenha andado afastado de tais actividades não sentirá, por certo, tanta perplexidade como nós perante essa visão sem dor, do homem em face da incensurável tarefa da existência.

M. B.



O "JET-FUEL" FABRICADO PELA REFINARIA DA SACOR É UM PRODUTO DA MAIS ALTA QUALIDADE, UTILIZADO PELAS FORÇAS AÉREAS PORTUGUESAS

COMBUSTIVEIS • LUBRIFICANTES

# SACOR

AO SERVIÇO DA AVIAÇÃO PORTUGUESA

## HOTEL UNIVERSO

RUA DO CARMO, 102  
Telefones 2 5189-28166  
- - LISBOA - -

ESTE HOTEL É RECOMENDADO PELOS NOSSOS AMIGOS E EX-NOS CLIENTES. ESTÁ SITUADO NO CENTRO DA CIDADE, COM FRETE PARA A RUA DO OURO, ROSSIO E RUA DO CARMO. PRÓXIMO DA ESTACÃO DE CAMINHO DE FERRO, CAIS DE EMBARQUE, TEATROS E DAS CASAS BANCARIAS. CASA DE BANHO EM TODOS OS ANDARES, ÁGUA CORRENTE, QUENTE E FRIA EM TODOS OS QUARTOS E CHAUFFAGE. MESA À PORTUGUESA COMPLETAMENTE SIMPLES.

que hoje está actuando no livro, na cátedra, etc. Assim, entre outros, desses alunos marcam posição na cultura nacional. em Filosofia: Alvaro Ribeiro, Augusto Saraiva, Eugénio Aresta, Delfim Santos, José Marinho e Sant'Ana Dionísio; na relação da Filosofia com a literatura: Adolfo Casais Monteiro, Agostinho da Silva, António Salgado Júnior, Armando de Lacerda e Feliciano Ramos; em História: Fernando de Pamplona e Torquato de Sousa Soares. Digna de menção é também a escritora Fernanda de Matos Cunha, prematuramente falecida.

O que foi o ensino na Faculdade de Letras do Porto, tem sido indicado por vários dos nomes citados; mas, encontra-se perfeitamente caracterizado e descrito nos livros de Alvaro Ribeiro, especialmente no seu testemunho sobre Leonardo Coimbra e no prefácio de «A Arte de Filosofar».

Os professores, todos do sexo masculino, foram então nomeados directamente pelo governo, sem qualquer formalidade burocrática e académica. Os que constituíram o primeiro núcleo, foram da escolha de Leonardo Coimbra; eram eles Angelo Ribeiro, Newton de Macedo e Teixeira Rego. Foi também designado o Prof. Fidelino de Figueiredo, mas, não se efectuou a nomeação por oposição do governo republicano, visto aquele professor ser então monárquico e haver colaborado na situação política de Sidónio Pais; oposição, aliás, não verificada em relação a outro sidonista, como o Prof. Luís Cardim.

Foram nomeados ainda os professores António Luís Gomes e Lúcio dos Santos, que não tomaram posse dos respectivos lugares.

São conhecidos os nomes dos professores Francisco Torrinha e Urbano Camilo Soares, em Filologia Clássica; Hernâni Cidade, em Filologia Românica; Aarão de Lacerda, Mendes Correla, Homem Cristo, Damião Peres e Artur de Magalhães Basto, em História. Foram assistentes: José de Bragança e Humberto Pinto de Lima.

Este núcleo de professores, distinguia-se também na cidade do Porto pelas conferências de extensão universitária que realizava. Além disso, a Faculdade tinha uma revista, que foi a primeira no género.

Com a supressão da Faculdade de Letras do Porto, a cidade perdeu no aspecto espiritual, cultural e até económico (hoja em vista a quebra do comércio dos livrários e do movimento que a vinda dos estudantes da província dava aos estabelecimentos de pensões, etc.), o que deu motivo a petições várias das forças vivas da cidade, com o apoio da Câmara Municipal e dos Grémios; petições, aliás, feitas em vão. Perdeu-se, deste modo, um centro de irradiação cultural e de intercâmbio com as universidades da Galiza, S. Tiago de Compostela e de Salamanca, intercâmbio de capital importância para a expansão da cultura portuguesa.

No aspecto político, a cidade ficou desamparada numa cultura espirituaalista, que opusesse barreira à propagação marxista e materialista dialéctica, de ambiente propício numa cidade como o Porto, de base industrial e proletária. Este erro foi verificado pelos Governadores Civis da cidade e pelos deputados; mas, o governo não os ouvia.

Poucos anos depois, sofreu a cidade a humilhação de ver constituída no norte uma Faculdade de Filosofia, a de Braga, a qual veio a prestar colaboradores ao centro de Estudos Humanísticos, fundado no Porto, por iniciativa do prof. Luís de Pina.

Posto que os professores da Faculdade de Letras do Porto já faleceram quase todos e os vivos já passaram o limite da idade, não se pode, correctamente, falar numa restauração. Uma Faculdade de Letras no Porto, não será uma Faculdade de Letras do Porto. Seria difícil obter um excelente corpo docente na nova Faculdade, se se pretendesse recrutá-los nos moldes dos concursos de escolas públicas, cujo resultado não passa de um atestado burocrático sobre o valor dos candidatos, o que é completamente diferente duma obra por eles realizada e por eles autorizada. O ideal seria chamar ao ensino aqueles que prestaram as provas de obra e não aqueles que justificam o seu valor por interposta pessoa, isto é, por certidão assinada por um júri. Esta, aliás, tem sido a doutrina defendida por nós e que julgamos ser a única a aplicar a este caso.

Segundo declarações do Sr. Ministro da Educação Nacional, no primeiro ano lectivo, a Faculdade de Letras do Porto só funcionará com os grupos de História e Filosofia, alegando que não é possível recrutar professores competentes para os grupos de Filologia. Estas declarações causaram espanto a todas as pessoas que estão ao corrente da actividade literária em Portugal. O que S. Ex.ª

quereria talvez dizer, é que é difícil encontrar pessoas que se sujeitem a humilhação do concurso de provas públicas, depois de haverem dado outras provas mais públicas e mais consistentes do seu talento e do seu saber.

## NÃO HÁ PROFESSORES?

O desenvolvimento espiritual, social e económico do país está a suscitar a necessidade e a aspiração de mais Universidades, mais Faculdades e mais Institutos Superiores, nas províncias metropolitanas e ultramarinas portuguesas. A sua criação parece não acompanhar, todavia, o ritmo das exigências nacionais porque alguns problemas o dificultam ou parecem dificultar. O primeiro desses problemas é de natureza financeira e, sem querermos meter foice em seara alheia, lembremos a que ponto seria rentável o capital investido e como se justificaria por conseguinte, um sacrifício para tal exigido, aos mais vultuosos rendimentos industriais ou agrícolas.

O segundo é de mais fácil resolução, até porque não é um verdadeiro problema. Ou antes: é mais um dos numerosos problemas suscitados pelo nosso inadecuado sistema de ensino. Referimo-nos à proclamada falta de professores para tais estabelecimentos.

Não há professores? Como se explica então que os melhores valores da cultura portuguesa se encontrem fora de Universidades e Institutos? O sistema dos exames, concursos públicos e doutoramentos é, ou deveria ser em essência, uma prova que se exige a candidatos desconhecidos. Tal prova torna-se porém inútil e perniciosa, quando, entre nós, numerosos escritores, ensaístas, historiadores, cientistas e técnicos, com vasta obra publicada, com nome feito e em muitos casos conhecido e apreciado no estrangeiro, vegetam em condições económicas e de trabalho, insuficientes e prejudiciais à realização da sua obra.

Defensores da tradição portuguesa não podemos deixar de acentuar que a universidade tradicional portuguesa, aquela que, criada por D. Dinis e protegida pelo Infante, formou a geração dos Descobridores, tinha como mestres homens de ciência convidadas directamente para a cátedra pelos estudantes e suas corporações. O exclusivismo catedrático e professoral de hoje, em vez de facilitar o acesso dos maiores valores nacionais às Universidades, dificultou-o de tal modo, que poucos estão dispostos a sujeitar-se a humilhações e exames por parte de júris que, muitas vezes, lhes seriam intelectualmente inferiores.

É esta uma indomitável realidade da vida portuguesa, e este um problema que urge ser resolvido. A escolha do corpo docente para a reconstituída Faculdade de Letras do Porto poderá apontar um caminho e ensaiar uma solução. Importa que a juventude portuguesa disfrute, em toda a parte, dos benefícios de uma educação superior. Importa que a juventude portuguesa seja educada pelos melhores valores nacionais, de carreira universitária ou não. Parece-nos ser esta uma proposição infossmável.

## O RECURSO À AUTORIDADE

Muito utilizado entre nós, quando escritores, artistas, professores e críticos literários se desinteressavam dos problemas da filosofia, o recurso à autoridade equivale à demissão do livre pensamento. Consiste tal recurso na resolução de todas as dificuldades que ao espírito se opõem, através da citação das autoridades, isto é, dos autores que tentaram fazer-lhes frente. As consequências do processo são desastrosas para a cultura de um país, pois as suas chaves ficam nas mãos de uma minoria, cuja legitimidade é, pelo menos, duvidosa. Para mais, com o rodar dos tempos, a autoridade foi-se desligando da autoria e assim é que já nem sequer se lhe exige obras de pensamento, porque basta a filiação em instituições socialmente respeitáveis, como a Universidade portuguesa e sobretudo estrangeira, ou outras ilustres instituições religiosas ou académicas.

O problema excede largamente a pequena questão das campanhas da imprensa contra o «57», a filosofia portuguesa e o sentido redentorista dos nossos mais originais e fecundos pensadores, campanhas estas que já encontram apenas eco nas velhas gerações, de tal modo são patentes os sofismas em que se baseiam. Tomemos o caso dos três críticos literários que mais sistematicamente têm combatido as fessas que, desligadas como todas sabem, de qualquer intenção política ou partidária, temos proposto e defendido: os Drs. Sant'Ana Dionísio, Alvaro Salema e João Gaspar Simões, respectivamente no «Diário Popular», «Diário de Lisboa» e «Diário de Notícias».

O primeiro, aluno de Leonardo Coimbra, derivou pouco a pouco para aquilo que o seu professor mais receava: a coisificação do pensamento. A sua «autoridade» é pois, um Leonardo detido no tempo e fixado aos limites da sua própria obra, transformada em capítulo universal da história da filosofia. A dinamização que, de uma ou outra forma, foi dada ao pensamento do mestre por discípulos como Alvaro Ribeiro, Delfim Santos, Agostinho da Silva e José Marinho, opõe hoje Sant'Ana Dionísio uma coisificação e, simultaneamente, uma lricização, de graves consequências para a actividade racional.

O segundo, discípulo de António Sérgio, e resolvendo, pois, todos os problemas através da crença na razão, crença essa que os resultados gnosiológicos e até pragmáticos do racionalismo não justificam até à data, recorreu muito recentemente à autoridade de um doutorado em universidade estrangeira, para afirmar a superioridade do seu professor sobre as apseudofilosofias mistificadoras, em que o palavreado leonardesco e as precárias literaturas místico-existenzialistas são apregoados como pensamento nacional. Como, todavia, adjectivos destes se podem aplicar a qualquer, bastando por exemplo substituir leonardesco por azeitegista ou ualmeidista, Alvaro Salema recorre à autoridade do Dr. Magalhães Vilhena, citando-lhe todos os títulos universitários franceses, o que é de uma formidável eficácia perante o provincialismo que ainda aflige tantos portugueses. Onde, porém, a obra do Doutor (pela Sorbonne) Magalhães Vilhena? Mistério. A não ser que se considere obra de pensamento a vulgarização de compêndios e doutrinas, realizada pelo aluno aplicado. Mas, felizmente, vamos sendo mais exigentes.

O terceiro, por fim, sem mestrado filosófico explícito, para ripostar a essa nova mistificação da inteligência portuguesa que é a ideia das filosofias nacionais, acaba de recorrer à autoridade do Dr. Manuel Antunes, um dos mais distintos luminares da Companhia de Jesus e da Revista «Broféria». Mais uma vez não se sabe de que é autor este articulista, que outra coisa não faz nos seus escritos, senão apregoar as excelências do tomismo e declarar inferiores todas as restantes formas de pensamento.

Não é, porém, o facto de se recorrer a autoridades tão duvidosas que nos preocupa, é o facto de pessoas com responsabilidade cultural e formativa bem evidente, se verem obrigadas a recorrer a qualquer autoridade, seja ela qual for. É chegado o tempo de, homens de espírito e portugueses que somos, pensarmos por nós mesmos e radicarmos na nossa própria e livre reflexão. E é este, afinal, um dos aspectos principais do problema da filosofia portuguesa. Quando o fizermos, não haverá então tal problema. Que as nossas palavras não molestem os valiosos escritores que são Sant'Ana Dionísio, Alvaro Salema e João Gaspar Simões. Eles não fazem senão seguir os processos usados no ensino português, em que o recurso à autoridade está firmemente instaurado; ensina-se história da filosofia e história da literatura, mas não se ensina a filosofar, que é a primeira das actividades humanas. A sua reacção é pois humana: defendendo o estado cultural, exprimem uma das leis do saudosismo português, aquela que se volta para o passado. Um saudosismo mais aberto, face voltada ao futuro, como a queria Pascal, contraria porém a autoridade, que é o estado e o passado coisificados.

## EXAMES... NA TV

A moderna pedagogia — portuguesa ou não — condenou formalmente esse processo diminutivo que é o exame. Entre nós, mesmo os catedráticos de pedagogia o consideram, quando muito, como... um mal necessário.

Pois bem, a exame aguda que infelizmente ainda grassa em Portugal, encontra maneira de espalhar esse mal — mesmo onde ele não é necessário, como na Televisão. O programa semanal de «Charlas Linguísticas», orientado pelo Dr. Raul Machado, consiste agora em... exames de português a prémio, com notas e tudo, sendo a recompensa aos «alunos» mais pontuados, constituída por alguns livros de dudoso interesse, oferecidos por livrarias, contentes de se desembrasar dos seus «stocks» de inutilidades. Recordamos que, por exemplo, um dos últimos programas, o grosso das ofertas era preenchido com romances do «estilista» (sic) Nuno de Montemor.

É na verdade um espectáculo conpungedor e humilhante, poderemos comprovar visualmente que em Portugal, não se sabe escrever português, e assim não podemos ter para com a cultura que tal permite, a mesma indulgência que o Dr. Raul Machado manifesta para com os seus exami-

(Continua na pág. 19)

# LIVRO ÚNICO ENSINO ESTÁTICO

Por  
LUIZ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO

A chave de um extenso saber, torna-se obsediante preocupação para o indivíduo e para os Estados. Amalgamados os valores, em escatológica ordenação, confundidos conhecimento e sabedoria, em consequência da acclamação dogmática de regras como leis ou como normas, é imposto pelo tecnicismo, como mais válido, um estático saber, e negado o possível conhecimento, através da desvalorização do móvel pensar.

Desde o escalão mais alto do nosso ensino, se estende qual negra sombra, como único, possível e tirano, o duto argumento da autoridade, que procura intimidar quem, com dignidade, quer progredir no caminho da auto-realização.

É vulgar o envaldecido professor universitário negar valor, ao móvel pensamento do aluno, que procure dar, com esforço mas com mérito, uma definição sua, para qualquer dos precariamente definidos sectores, de certo ramo de saber.

A lição é considerada oração, porque se perdeu o que há de sagrado, na significação de culto ou cultura, para identificar o homem culto com o erudito, ou o sagrado com o profano.

Como cária, estende-se desde o Manual à Sebenta e desta ao livro, a exigência de um aceitar sem pensar, de um saber sem réplica, de um padronizar cristalizante e uniforme.

Profana-se o espaço ao transformar a escola, que devia ser a casa sagrada onde se alimentava o espírito, numa espécie de mansarda, onde a disciplina se sobrepõe ao respeito, onde o aluno, em vez de alegremente conviver com o professor, é afastado por ele. Há a preocupação de transformar as alegres crianças em homens azeados e taciturnos, ao impor-lhes a disciplina, pelo medo, pelo castigo, quase que pelo desprezo.

O exame ou inquérito escrito a que se sujeita o educando, é para ele sinal da falta de confiança de que disfrutam os professores por parte das entidades responsáveis.

Profana-se o tempo, ao forçar através da reprovação, o aluno, a repetir novamente um ano todo, porque não conseguiu evitar um erro de português no ponto escrito de história, ou falhou uma data, no ponto de português. O professor, o fiscal, o que deve reagir tecnicamente segundo regras fixas, castiga, tiraniza ou reprova, quem deixou campo livre à sua vida interior.

Essa vida interior que notamos nos grandes pensadores e cientistas, deve ser morta, porque a imaginação é considerada crime («lesa magister»). Para esse efeito, para a garrotear, surge o Manual, a Sebenta e o tal livro único.

O ensino aparece como empresa industrial, onde se fabricam vários tipos de parafusos, que nem sempre têm aplicação; os cursos deixam de corresponder às necessidades mediatas ou imediatas e geram ou degeneram um tipo de indivíduo sem dinamismo mental, apto a repetir o que aprendeu, impossibilitado de resolver o que lhe apresentem. Falta de personalidade, fuga à responsabilidade, através de uma actuação passiva, pejada de noções, mas desprovida de uma acção inteligentemente orientada, tal é o tipo de homens, que, como os das cavernas, saem das fornadas anuais das nossas Universidades. Logo no Liceu, foram habituados a não ter possibilidade de tratar os problemas segundo mais de uma perspectiva, por comodidade, cumprimento do programa, ou sujeição ao tal livro único.

Os professores impedem a criança de pensar, de buscar noutro ou noutros livros as respostas que melhor satisfi-

façam as múltiplas interrogações, que lhe suscita a sua curiosa e pujante inteligência em formação.

No começo de ano lectivo, e de acordo com a nossa linha de pensamento, não pudemos deixar de assinalar o desgosto, como pai e como cidadão, pela falta de perspectiva com que continua a ser orientado todo o ensino.

Pais e encarregados de educação, perdem dias sem conta a percorrer a cidade na visita das livrarias, procurando o livro que abrirá a porta da mediocridade aos seus prencendos filhos. Em contrapartida, com o livro único, é passado aos educadores um atestado de ignorância ou de incompetência que não passa desapercibido. Certo é que não podemos efectivamente acreditar na clara possibilidade raciocinante, de quem teve de deixar de pensar, para repetir, sempre e só repetir, no Liceu e na Universidade, a lição do professor.

Ainda há pouco ouvimos alguém com responsabilidades, declarar que era impossível, com turmas de 40 a 43 alunos, conhecer as crianças como o fizera a professora da instrução primária e, dada a vastidão do programa, não se podia repetir, ou esclarecer individualmente, um ou outro aluno. Propunha como solução que se transferisse para os pais parte da tarefa, exigindo-se-lhes que ensinassem os filhos em casa ou os obrigassem a criar um método de estudo. Isto seria eficiente se a família não estivesse em vias de um completo desmembramento. O pai está ausente, durante largas horas e a mãe já vai sendo atraída, até pelo próprio Estado, para as profissões que se exercem fora do lar. No seu impedimento, são os pais forçados a contratar explicadores mercenários que irão sobrecarregar o já desequilibrado orçamento familiar, forçando-os cada vez mais a maior número de abdições, e a uma cada vez menor permanência no lar.

Se há falta de professores, por que é que os cursos superiores se tornam cada vez mais longos?... Se há falta de professores, por que motivo é que as cadeiras históricas proliferam como uma praga em todos os cursos?... Qual a razão por que o saber que se exige tem de ser cada vez mais rigoroso, a formação dos professores cada vez mais morosa, e os exames cada vez em maior número, verificando-se que o mais estrito rigor tem sempre carácter de precariedade, os professores não passam de meros conferidores da boa memorização do livro único, e os exames são uma verdadeira mistificação?...

De fonte atulhada de pedregulhos, não sai água cristalina; de imaginação atulhada de datas, não sai raciocínio brilhante. Pretendemos dispensar os actuais professores de ensinar?... dispensemo-los, mas, não se lhe confira a possibilidade de negar valor à progressão mental de um viril pensamento em erecção. Para que amputar aos nossos rapazes uma faculdade que Deus lhe deu, bloqueando-lhes a imaginação com rigorosidades, com falsos historicismos? Até o parafuso que hoje é apertado foi imaginado.

O livro único é o diabólico meio de substituição de um pensar autêntico por um saber rigoroso, o que só poderá tornar-se apanágio de professores incompetentes ou método para pais menos dotados, os quais darão cumprimento à regra, vigiarão meticulosamente a gradual destruição de seus filhos que, esmagados pela rodada dentada da burocracia, terão de se dissolver na sapiente e uniforme mediocridade.